



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



ROSEANN MARY HAGERAATS

**CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)
EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA PARAÍBA**

João Pessoa – PB

2017

ROSEANN MARY HAGERAATS

**CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)
EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA PARAÍBA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Gerenciamento Ambiental.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flávia de Oliveira Paulino

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Maristela Oliveira de Andrade

João Pessoa – PB

2017

Catálogo na Publicação
Seção de Catalogação e Classificação

H144c Hageraats, Roseann Mary.
 Caracterização do estado de segurança alimentar e
 nutricional (SAN) em comunidades quilombolas da Paraíba /
 Roseann Mary Hageraats. - João Pessoa, 2017.
 102 f. : il.

 Orientadora: Flávia de Oliveira Paulino.
 Coorientadora: Maristela Oliveira de Andrade.
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN

 1. Meio ambiente - Desenvolvimento. 2. Segurança
 alimentar e nutricional. 3. Comunidades quilombolas - Paraíba.
 I. Título.

UFPB/BC

ROSEANN MARY HAGERAATS

**CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)
EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA PARAÍBA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Gerenciamento Ambiental.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flávia de Oliveira Paulino

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Maristela Oliveira de Andrade

Aprovado em: 12 de dezembro de 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Flávia de Oliveira Paulino
(Orientadora – Membro Interno)



Prof^a. Dr^a. Denise Dias da Cruz
(Examinadora – Membro Interno)

Prof. Dr. José Antônio Novaes da Silva
(Examinador – Membro Externo)

**Esta pesquisa é dedicada a todos e todas as quilombolas
A todos os seres humanos
A todos os afro descendentes
Humano descendentes
E então a todas as pessoas**

**Para todos que se identificam na luta para mudar
*“O mundo tão desigual,
de um lado esse carnaval,
do outro a fome total...”***

-Gilberto Gil, A Novidade

**Para todos que acham sinceramente que
*“Na vida a coisa mais feia,
É gente que vive chorando de barriga cheia.”***

-Zeca Pagodinho, Maneiras

**E também
Para todos que ficam chamando
*“...O Nhiazinha, vê se manda um quilo de farinha
bem torradinha para nós manjar Sinhá”
porque “esse tal de Coca e MacDo não dá...”***

-Rommel Ribeiro, Nhiazinha

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, e à UFPB pela oportunidade única de formação e pesquisa. Sou muito grata aos professores e professoras pelo apoio, pelos conselhos e orientações oferecidos ao longo do curso. À minha co-orientadora, Professora Maristela Oliveira de Andrade, pelos conselhos e conhecimentos antropológicos que contribuíram notoriamente com o enriquecimento da pesquisa. Gratidão aos meus colegas de mestrado, Lázaro, Tati, Raquel, Gabi, Cíntia, Marcos, Randolpho, Ailza, Suellen, Kamila, Ingrid, e todos da turma pois caminhamos e crescemos juntos nesta jornada.

Agradeço imensamente aos moradores das Comunidades Quilombolas: Serra do Abreu, Caiana dos Crioulos e Ipiranga; que compartilharam a sua sabedoria e as suas vivências. Dedico um obrigada especial para as lideranças, Vera, Ana e Cida, pela recepção acolhedora nas suas terras, e por acreditar na nossa parceria. Às camaradas que se colocaram sempre à disposição para orientar a minha jornada nas suas comunidades, para uma boa conversa e oferecer a sua amizade; Elza, Rita, Elizabete, Diana, Maria Alice, Aniele, Aniela, Amélia e outras. Aos que me receberam nas suas casas como família e alimentaram a minha alma: Vera, Ana, Dona Nega de Caiana para as comidas da terra e o melhor beiju que já comi.

Os meus mais profundos agradecimentos dedico a uma mulher incrivelmente generosa, solidária e experiente, a Professora Doutora Flávia de Oliveira Paulino. Gratidão pelo apoio contínuo, por receber-me com braços abertos desde o início da minha caminhada na Paraíba. Obrigada por sempre acreditar no meu empenho, pelas orientações, pelo entendimento, pela participação, pelo interesse sincero e pela emoção dedicada à nossa pesquisa.

Flávia, obrigada por estar sempre à disposição, não apenas para oferecer um apoio acadêmico, mas também pelo cuidado de mãe e a criação de uma autêntica amizade. Pela delicadeza, o respeito, e o encorajamento em momentos de desafio. Pelo seu coleguismo incondicional, por ser um exemplo e uma inspiração para todos e todas que trabalhamos juntos de você. As minhas realizações não seriam presentes sem o seu amparo, e a minha formação, inclusive pessoal, não seria a mesma sem a sua pessoa.

A todos e todas, Muito Obrigada!

RESUMO

O estudo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Comunidades Quilombolas (CQ) no Brasil é essencial pela adequação de políticas e iniciativas voltadas a essas populações com vulnerabilidade específica. Apesar de consideráveis avanços na gestão nacional de SAN em décadas recentes, revelam-se desigualdades regionais e raciais quanto à insegurança alimentar (INSAN). Populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica como povos tradicionais e CQs permanecem com maiores prevalências de INSAN comparados com a população nacional. No Estado da Paraíba, a produção de dados inéditos sobre a situação de SAN em CQs é colocada como prioridade para a gestão política. Este trabalho procura caracterizar a SAN em três CQs nas regiões da Mata Atlântica, o Agreste Paraibano e a Borborema. Objetivou-se caracterizar as condições de SAN quanto à disponibilidade em qualidade, qualidade e sazonalidade de alimentos, quanto à soberania alimentar, e influência da globalização no padrão de SAN das CQ. Foram empregados métodos de observação participante e entrevistas semiestruturadas com aplicação de questionários num total de 113 domicílios no conjunto das três comunidades. Os dados coletados foram organizados e apresentados sob a forma de artigo científico. Os resultados revelaram situações de insegurança alimentar nas três comunidades estudadas, assim como empecilhos à soberania alimentar associados à globalização. Os dados levantados nesta caracterização geral da SAN servirão pela avaliação de condições específicas em comunidades quilombolas no Estado da Paraíba, para poder direcionar programas e políticas de SAN inclusivas a adequadas às populações em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Comunidades Quilombolas. Soberania Alimentar.

ABSTRACT

The study of Food and Nutrition Security (FNS) in Brazilian Quilombo Communities is essential for appropriate policy making in these populations of specific vulnerability. Despite Brazil's considerable progress in national FNS policy and management in recent decades, regional and racial inequalities persist with regards to food insecurity. Socio-economically vulnerable groups like traditional peoples and Quilombo Communities present greater prevalence of food insecurity compared to the national population. In the State of Paraíba, public policy makers express the need for novel data regarding the FNS status of Quilombo Communities. This study aims to characterize FNS in three Quilombo Communities located in different geographic regions in the State of Paraíba. The main objective was to characterize FNS in terms of food availability, quantity, quality and seasonality, food sovereignty, as well as the impacts of globalization on FNS patterns in Quilombo Communities. Methods of participant observation, semi structured interviews and a total of 113 household surveys in all three communities were applied. Collected data was organized and presented in the form of a scientific article. Results revealed situations of food insecurity in all three communities, as well as challenges to food sovereignty related to elements of globalization. Data produced by this general characterization of FNS will contribute to evaluations for specific realities in Quilombo Communities in the State of Paraíba, in order to devise appropriate and inclusive food policies for vulnerable populations.

Keywords: Food and Nutrition Security (FNS). Quilombo Communities. Food Sovereignty.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Quadro conceitual das dimensões da SAN referenciadas internacionalmente.....	20
Figura 02	Determinantes da SAN nas esferas global, nacional, regional, local e domiciliar.....	22
Figura 03	Conceituação teórica das esferas que influenciam os determinantes da saúde para populações indígenas no Canadá.....	36
Quadro 01	Distribuição das entrevistas realizadas nos domicílios das CQ estudadas e o número de famílias representadas.....	39

LISTA DE ABBREVIATURAS

CAISAN	- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CFS	- Comitê de Segurança Alimentar Mundial (Committee on World Food Security)
CONSEA	- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CQ	- Comunidade Quilombola
DHAA	- Direito Humano a Alimentação Adequada
EBIA	- Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCP	- Fundação Cultural Palmares
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSAN	- Insegurança Alimentar e Nutricional
PFZ	- Projeto Fome Zero
PLANSAN	- Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	- Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	PROBLEMA.....	13
1.2	OBJETIVOS.....	15
1.2.1	Objetivo Geral.....	15
1.2.2	Objetivo Específico.....	15
1.3	JUSTIFICATIVA.....	15
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	18
2.1	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	18
2.1.1	Definir a SAN: uma evolução conceitual contínua.....	18
2.1.2	Dimensões, Determinantes e Indicadores de SAN.....	20
2.1.3	Soberania Alimentar e Direito Humano a Alimentação Adequada.....	24
2.1.4	A Transição Nutricional nos Países Emergentes e o Brasil no Contexto da Globalização.....	26
2.2	COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL.....	29
2.2.1	Contexto Histórico e Titulação de Terras Quilombolas.....	29
2.2.2	Identidade Quilombola e Territorialidade.....	32
2.2.3	SAN em Comunidades Quilombolas como Área de Estudo Interdisciplinar	34
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	38
3.1	ÁREA DE ESTUDO.....	38
3.2	MÉTODOS.....	38
4	RESULTADOS.....	41
5	DISCUSSÃO GERAL.....	68
5.1	Insegurança alimentar em Quilombos da Paraíba: determinantes comuns e realidades específicas.....	68
5.2	Estratégias, recomendações e perspectivas futuras.....	71
6	CONCLUSÃO.....	73
	REFERÊNCIAS.....	74

	APÊNDICES.....	81
A.1	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA.....	81
A.2	APÊNDICE B - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	99

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMA

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um conceito que está sendo discutido mundialmente, definido por uma multiplicidade de indicadores de bem-estar humano e qualidade de vida. Resumidamente, a SAN descreve as condições nutricionais, sociais, ambientais e econômicas necessárias para uma alimentação adequada em uma determinada população, comunidade ou domicílio. Uma grande parcela da população mundial se encontra em situação de Insegurança Alimentar (INSAN), e se mantém sem condições adequadas para atender as suas necessidades alimentares, com baixa qualidade de vida (FAO et al., 2017).

Segundo os registros nacionais e internacionais, o estado de SAN da população brasileira tem avançado de forma significativa no período a partir dos anos 1990 até 2014. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) distinguiu a governança de SAN no Brasil como eficiente e inovadora pelas grandes reduções nas taxas de subalimentação e extrema pobreza atingidas nas últimas décadas, colocando o Brasil fora do mapa da fome mundial (FAO, 2014; FAO et al., 2014). Não obstante, foram apontadas desigualdades regionais, sociais e raciais quanto às conquistas de SAN observadas na população nacional. Parcelas da população nas regiões Norte e Nordeste, assim como grupos vulneráveis, não têm demonstrado o mesmo progresso quanto ao alcance de SAN que foi elogiado a nível internacional (BRASIL, 2014c). Grupos populacionais que tendem à vulnerabilidade socioeconômica são mais sujeitos à falta de SAN (FAO et al., 2017), e no Brasil observam-se padrões de INSAN nas populações que vivem em situação de exclusão social, econômica e cultural, como comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, povos que pratiquem culturas de subsistência como pescadores, pequenos agricultores, artesãos e outros grupos minoritários (BRASIL 2014c; NOLASCO et al., 2016).

As Comunidades Quilombolas (CQ) no Brasil são destacadas pela ancestralidade negra relacionada à opressão histórica, a ligação com o meio rural e à agricultura de subsistência (MARQUES, 2009). Ademais da persistência da marginalização social e o racismo institucional decorrido do trajeto histórico dos

escravos africanos no Brasil, vários estudos indicam a presença de condições de vida precárias em CQs; a falta de acesso aos serviços de saúde e educação, assim como altas taxas de desemprego e analfabetismo (CARVALHO e SILVA, 2014; FREITAS et al., 2014; MONEGO et al., 2010; MEDEIROS et al., 2014). Estas realidades atuam como precursores de INSAN nos quilombos. Apesar da presença de iniciativas políticas de SAN e programas de assistência social que têm atingido uma grande parcela da população brasileira, e inclusive uma parte da população quilombola, estas não têm demonstrado a mesma eficiência em CQs como nos registros de SAN pela população geral (BRASIL, 2014c). Além dos desafios políticos que enfrentam as CQs, existem pressões da globalização que geram impactos no sistema agroalimentar, afetando os padrões de produção agrícola para o autoconsumo e hábitos alimentares locais em comunidades quilombolas (SILVA et al., 2015).

Como demarcar situações de INSAN em comunidades que formam parte de um país que foi exemplificado pelas suas conquistas da SAN a nível mundial? A problemática não reside exclusivamente na falta de políticas e iniciativas de SAN implementadas ao nível nacional, e nem sequer na falta de acesso a essas para CQs. Existe uma carência de dados oficiais de SAN em CQs, e os principais registros usados para nortear iniciativas de SAN no Brasil estão baseados nas amostragens de domicílios *não quilombolas* (BRASIL 2014a, 2014b, 2014c). Isto dificulta a adaptação de políticas para as realidades quilombolas, fazendo com que a INSAN permaneça nestas comunidades particularmente vulneráveis.

Para poder traçar políticas que possam atingir a melhoria da situação de INSAN atual, torna-se fundamental realizar diagnósticos que intentem englobar as múltiplas dimensões da SAN em CQs. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem registrado condições de SAN em 169 CQs (representando menos que 1% do total de CQs tituladas no país), e aponta a necessidade de diagnósticos das realidades específicas das comunidades em todos os estados (BRASIL, 2014b). Além disso, existem dados limitados para a SAN em CQs no país inteiro, e que o pouco registrado sobre o tema já indique grave insegurança alimentar, os dados da condição de SAN no estado Paraíba são escassos, senão inexistentes.

A hipótese desta pesquisa é que as comunidades quilombolas na Paraíba sofram influência direta dos efeitos da globalização e isso interfira negativamente nos padrões recomendados para garantir a segurança alimentar e nutricional.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Entender os fatores que afetam a segurança alimentar e nutricional em três comunidades quilombolas do Estado da Paraíba.

1.2.2 Específicos

- Caracterizar a alimentação das comunidades quanto à qualidade, quantidade e sazonalidade;
- Avaliar a condição de soberania alimentar;
- Descrever a influência da globalização alimentar no padrão de segurança alimentar e nutricional das comunidades alvo da pesquisa.

1.3 JUSTIFICATIVA

Em 2014, a FAO colocou no Panorama Anual de Segurança Alimentar e Nutricional para a região de América Latina e o Caribe, a realização de uma das metas internacionais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que é a superação da fome e da extrema pobreza (FAO, 2014). Neste relatório, o Brasil foi destacado dentre os países considerados livres do problema da fome, havendo logrado uma redução da proporção da população em situação de subalimentação, atingindo uma taxa de menos que 5% de subalimentados (FAO, 2014). No mesmo ano, o relatório para o estado de SAN no mundo também distinguiu o progresso no Brasil quanto à realização da meta internacional da fome, declarando que apenas 1,7% da população nacional está em situação de subalimentação, indicando que 98,3% da população brasileira vive em situação de Segurança Alimentar (FAO et al., 2014).

O relatório relaciona as melhorias de SAN com ações governamentais e aponta que a criação de institutos, ministérios e parcerias responsáveis pela conceitualização e a gestão da SAN tais como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), juntamente com a implementação de programas de assistência social do Projeto Fome Zero (PFZ), colocaram o Brasil como destaque no plano internacional por ter eliminado condições de extrema miséria numa grande proporção da população. As Nações Unidas declararam que, devido ao caráter multisetorial e colaborativo da abordagem política inovadora do governo, foi possível garantir acesso aos serviços de saúde, educação, emprego e alimentação básica para a população mais carente no país. O caso do Brasil foi considerado um marco histórico na governança da SAN para os países emergentes, e um grande exemplo para os continentes em situação crítica de fome e extrema pobreza (FAO et al., 2014; AMARAL e BASSO, 2016).

Conforme aos resultados apresentados pela FAO a nível mundial e regional (América Latina e o Caribe), o último Balanço da SAN publicado no Brasil também enfatiza os avanços da população nacional na superação da fome e da extrema pobreza anunciadas em 2014 (BRASIL, 2014b). Ainda que enfatize as evoluções quanto ao monitoramento da SAN e as melhores condições de vida que resultaram de ações políticas específicas, o relatório nacional também aborda os desafios para atingir a SAN na totalidade da população brasileira.

Conforme ao relatório, existem “desigualdades persistentes regionais e de cor/raça” (p.63) quanto à prevalência de INSAN. Revela-se que a prevalência de INSAN, grave nas regiões Norte e Nordeste, ultrapassa de forma considerável a das regiões Sudeste e Sul, e conjuntamente, que as prevalências em domicílios chefiados por negros mostram-se quase três vezes maior relativamente aos brancos. Para mais, é afirmado que os domicílios rurais constituem parte da população afetada de forma desigual pela INSAN comparado com os domicílios urbanos, e especificamente que as populações quilombolas estão às margens dos avanços alcançados pela população geral. A falta de acesso ao saneamento básico, a monopolização da agroindústria e a vulnerabilidade crônica dos povos tradicionais estão dentro dos fatores levantados no

relatório que dificultam a SAN para CQs (BRASIL, 2014b).

A falta de dados que representem a totalidade da população problematiza a adaptação das políticas de SAN para as populações especificamente vulneráveis, como as CQs. O relatório do Balanço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2012/2015 revela a falta de políticas específicas voltadas para “povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, residente em áreas rurais, das Regiões Norte e Nordeste, população negra e outros” (CAISAN, 2014, p.113). Da mesma forma, a agenda publicada em 2017 para o PLANSAN 2016-2019 inclui nos desafios principais o combate da INSAN para populações vulneráveis no meio rural, com ênfase em povos e comunidades tradicionais, e propõe “a construção e a execução de políticas diferenciadas e específicas com base nos princípios do etnodesenvolvimento, que respeitem as culturas, as formas de organização social, as especificidades étnicas, raciais e as questões de gênero” (BRASIL, 2017b, p. 24). É também assinalado a necessidade de fortalecer a intersetorialidade das políticas e a elaboração de planos de SAN aos níveis Estadual e Municipal.

Atualmente existem políticas estaduais de SAN em 12 Unidades da Federação, e a primeira versão do Plano de SAN oficial na Paraíba foi publicado em 2017 (BRASIL, 2017b). De acordo com esse plano, para garantir a eficiência de tais políticas, é imprescindível uma base de dados e registros oficiais acerca das condições nas populações alvo. Até então, o único estudo governamental feito respeito à SAN em CQs foi publicado em 2014 pelo MDS (BRASIL, 2014b). Foi realizado uma pesquisa de censo em 169 CQs tituladas em 14 estados, incluindo cinco estados na Região Nordeste: Pernambuco, Bahia, Maranhão, Sergipe e Piauí. No entanto, nenhuma das comunidades era localizada no estado da Paraíba.

Além de salientar a falta diagnósticos em CQs de estados que não foram incluídos na pesquisa, o estudo também aponta a necessidade para divulgação e produção científica de estudos de caso de caráter micro (provinda de dissertações e teses) para complementar os estudos de grande escala de caráter macro. Assim sendo, torna-se fundamental realizar um diagnóstico das realidades específicas nas comunidades paraibanas para contribuir à produção de dados que irão orientar a adaptação de iniciativas e políticas direcionadas a melhoria da situação de INSAN.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

2.1.1 Definir a SAN: uma evolução conceitual contínua

O surgimento das primeiras discussões sobre o conceito de Segurança Alimentar datam dos anos 1970 com as crescentes preocupações em relação à falta de alimentos para sustentar a população mundial. Desde então, foram estabelecidas mais de 200 definições e 450 indicadores de Segurança Alimentar no mundo (JONES et al., 2013). A partir de uma concepção exclusivamente baseada no abastecimento de alimentos, novas contribuições foram apontando variáveis pertinentes como as desigualdades que afetam o acesso físico e econômico aos alimentos de forma diferenciada entre países e populações (JONES et al., 2013; SEN, 1981).

Em seguida, nas décadas de 1980 e 1990, foram observadas diferenças entre domicílios quanto aos hábitos de indivíduos e a utilização dos alimentos disponíveis, colocando a necessidade de considerar o nível de utilização e alocação de alimentos dentro do domicílio, assim como as variações individuais de metabolismo e absorção de nutrientes (JONES et al., 2013). Nas conceituações subsequentes aos anos 1990, enfatizou-se a preocupação das deficiências nutricionais, reorientando o foco da Segurança Alimentar para a qualidade da alimentação em vez do abastecimento energético (CFS, 2012).

A definição internacional mais referenciada do conceito foi estabelecida na Conferência Mundial da Alimentação em 1996, sendo a primeira a abranger todos os princípios discutidos anteriormente:

A Segurança Alimentar existe quando todas as pessoas, todo tempo, têm acesso físico, social e econômico a uma alimentação nutritiva e saudável, em quantidades suficientes para atender as suas necessidades e preferências quanto aos alimentos para levar uma vida ativa e saudável (FAO, 1996, on-line).

No decorrer da cronologia para definir a Segurança Alimentar na sua totalidade, as instituições de governança se referiam também ao conceito de Segurança Nutricional, pertinente especificamente ao consumo de proporções adequadas de proteínas, energia, vitaminas e minerais para cada integrante de um determinado domicílio (CFS, 2012). Percebendo que ambos conceitos tratam de questões indissociáveis e dependentes um de outro, foi decidido criar um conceito integrante para solucionar as lacunas terminológicas assinaladas pelos órgãos de gestão na área. Em 2012, o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) da FAO propôs um conceito que incorpora a definição de Segurança Nutricional (Nutrition Security) dentro da de Segurança Alimentar (Food Security). A *Segurança Alimentar e Nutricional* (Food and Nutrition Security) foi desde então a concepção proposta para abordar questões extensas relacionadas à totalidade dos sistemas alimentares, a partir da produção até os aspectos biológicos dos consumidores (CFS, 2012).

No Brasil, a união dos fatores *Alimentar e Nutricional* num conceito abrangente foi aplicado antes da oficialização internacional da terminologia, sendo por si um dos aspectos que caracteriza o país como pioneiro na conceituada área (KEPPLE e SEGALL-CORREA, 2011). O termo Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) já fazia parte das discussões nas agendas políticas nacionais nos anos 90, com a criação de uma primeira versão do CONSEA em 1993 (AMARAL e BASSO, 2016). A definição da SAN adotada pelo governo brasileiro se destaca pela inclusão de fatores socioculturais, que oferecem uma conceitualização mais ampla que a definição internacional. Na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2006, o conceito da SAN foi institucionalizado e definido como

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, on-line).

Além de ampliar a noção de SAN difundida mundialmente, também é colocado na legislação o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), no âmbito que a garantia da SAN seja considerada o dever e a responsabilidade do poder público (BRASIL, 2006). O DHAA será discutido em maior detalhe na seção 2.1.3.

2.1.2 Dimensões, Determinantes e Indicadores de SAN

A partir do conceito estabelecido pela FAO, as principais dimensões que constituem a SAN foram mais nitidamente estudadas. Jones et al. (2013) revisaram a literatura sobre as numerosas dimensões e formas de mensuração de SAN estabelecidas no mundo. Os autores apresentam um quadro conceitual que inclui as quatro dimensões reconhecidas internacionalmente; (1) a disponibilidade, (2) o acesso, e (3) a utilização de alimentos, com (4) a estabilidade no tempo, sendo a dimensão abrangente das primeiras três condições. Nesta perspectiva, existe uma hierarquia acumulativa para atingir a SAN, onde a dimensão precedente precisa ser cumprida para poder atingir a SAN ao nível da dimensão subsequente. Cada nível possui complicações diferentes para o alcance da SAN, e segundo o sumário dos autores, os principais fatores que possibilitam e prejudicam a SAN são: clima, política, programas sociais, recursos domésticos, composição familiar e doméstica, dinâmicas sociais, conhecimento, crenças, condições sanitárias, etapa de vida, atividade física, estado de saúde e doenças (Jones et al., 2013). A figura 1 apresenta uma adaptação do quadro conceitual discutido.

FIGURA 1 - Quadro conceitual das dimensões da SAN referenciadas internacionalmente.



Fonte: Adaptada de Jones et al. (2013).

A conceptualização das dimensões de SAN no Brasil tem acompanhado as discussões internacionais, e o Sistema de Monitoramento de SAN nacional considera de forma geral as mesmas quatro dimensões usadas na linguagem global da FAO,

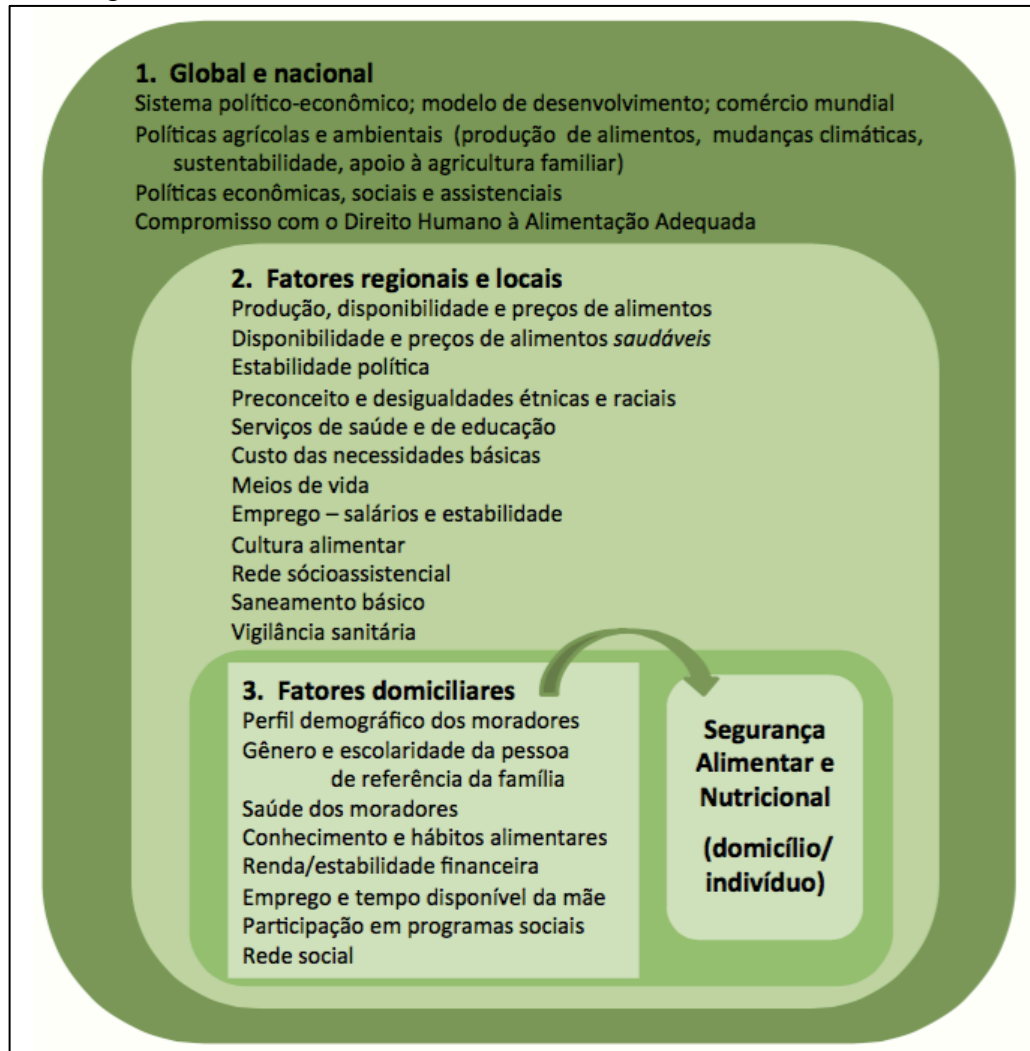
atingíveis de forma hierárquica (BRASIL, 2014c). Semelhantemente à definição de SAN adotada pelo governo brasileiro, são destacados fatores sociais e culturais como determinantes para alcançar as dimensões da SAN, principalmente as de acesso e utilização (BRASIL, 2014c).

Com o intuito de traçar políticas adequadas de SAN que atinjam as quatro dimensões do conceito, é importante considerar as escalas nas quais são afetadas a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade dos alimentos. As condições para um determinado indivíduo podem depender não somente do seu ambiente imediato e domiciliar, mas também de fatores das esferas de escala regional e mundial. Kepple e Segall-Correa (2011) apresentam um modelo conceitual caracterizando os principais determinantes da SAN em três níveis ou escalas: (1) determinantes macrosocioeconômicos, incluindo o sistema político-econômico mundial, políticas econômicas, sociais e assistências, políticas agrícolas e ambientais e o reconhecimento da SAN como direito humano, (2) determinantes regionais e locais, incluindo fatores ao nível comunitário como o preço dos alimentos, o custo de outras necessidades, emprego, salário e estabilidade econômica, redes de apoio social, programas assistenciais, serviços de saúde e educação, cultura alimentar e saneamento básico, (3) determinantes domiciliares como escolaridade, perfil demográfico, comportamento alimentar, emprego e estabilidade financeira, tempo disponível da mãe de família, redes sociais e outros (KEPPLE e SEGALL-CORREA, 2011).

As agências de governança no Brasil se baseiam neste modelo como referência internacional das esferas pelo norteamto de políticas e indicadores de SAN. A Figura 2 ilustra os determinantes adaptados a partir do modelo de Kepple e Segall-Correa (2011) por gestores de SAN no Brasil¹, distribuídos em três esferas principais: (1) global e nacional, (2) regional e local, e (3) domiciliar (BRASIL, 2014c).

¹ Membros do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em parceria com membros da FAO e pesquisadores acadêmicos (Brasil, 2014c).

FIGURA 2 - Determinantes da SAN nas esferas global, nacional, regional, local e domiciliar.



Fonte: Adaptado de Kepple e Segall-Correa em BRASIL (2014c).

É importante considerar o caráter intersetorial dos determinantes, assim como a não-exclusividade de esferas na distribuição deles: muitos determinantes se sobrepõem entre esferas. Por exemplo, determinantes de renda podem ser considerados tanto na esfera domiciliar quanto nas esferas regional, global e nacional.

Os marcos teóricos para dimensões e determinantes da SAN possibilitam formas de medir e avaliar a SAN para fins de políticas e de gestão. É evidente que devido aos múltiplos determinantes identificados, as formas de medição da SAN são diversas, e

também têm evoluído junto com o entendimento da SAN na sua totalidade. Existem métodos de mensuração dos determinantes a todas as escalas. Por exemplo, métodos como o *Global Hunger Index* e o *Global Food Security Index* usam dados demográficos como taxas de subalimentados, crianças com insuficiência ponderal e mortalidade infantil, assim como dados secundários sobre o desenvolvimento econômico para fazer diagnósticos de SAN ao nível nacional e global (JONES et al., 2013).

De forma totalmente diferente, outros métodos avaliam a SAN ao nível domiciliar e trabalham com dados de ingestão individual de alimentos, ou então com as percepções individuais sobre a qualidade da alimentação (KEPPLE e SEGALL-CORREA, 2011). Cada método de mensuração serve para avaliar a dimensão específica da SAN que foi desenhado a representar, e dificilmente um único indicador irá representar todas as dimensões da SAN sem ser complementado por outros.

Para um diagnóstico mais abrangente que possível, as avaliações internacionais procuram associar uma pluralidade de indicadores, partindo com condições climáticas e desastres naturais, e medindo até as legislações de rotulagem de alimentos industrializados (FAO, 2008; JONES et al., 2013). A FAO procura atualizar as metodologias de medição segundo os desafios de SAN emergentes, assim como os fatores de vulnerabilidade de populações específicas. Por exemplo, o relatório mundial pelo ano de 2017 destaca as situações perpétuas de conflito nos países da África Oriental e o Médio Oriente como desafios primordiais à SAN, e incorpora fatores de fragilidade política, violência e migração forçada nas medições calculadas (FAO et al., 2017).

Em termos muito gerais, um denominador comum pela avaliação da SAN são os fatores de caráter econômico: situações de INSAN, que sejam oriundos de subalimentação e fome ou excesso de consumo de alimentos processados, são associadas com a pobreza (FAO, 2008; KEPPLE e SEGALL-CORREA, 2011; JONES et al., 2013; BRASIL 2014c). Por isso, muitas formas de medição justificam o uso de indicadores unicamente econômicos para avaliar adequadamente a SAN, como por exemplo a renda familiar em escala domiciliar, ou taxas de exportação de bens a nível nacional (JONES et al., 2013). Mesmo sendo uma representação adequada de SAN em muitos casos, a forma de mensuração baseado exclusivamente em indicadores

econômicos corre o risco de negligenciar as raízes de problemas específicas de INSAN, sobre tudo em parcelas vulneráveis de uma determinada população (FAO et al., 2015).

No Brasil, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é o instrumento de mensuração usado pela coleta de dados nacionais em SAN, combinado com dados demográficos de pesquisas de amostra de domicílios (BRASIL, 2014a; 2014c; KEPPLE e SEGALL-CORREA, 2011). A EBIA foi elaborada a partir de uma escala norte-americana, e se aplica na forma de questionário domiciliar para mensurar a percepção das famílias em relação ao acesso econômico aos alimentos.

A representatividade do modelo foi testado em diversos estudos e foi considerado eficiente por ser um método de baixo custo para estimar prevalências de INSAN, sendo capaz de mensurar a dificuldade de acesso familiar aos alimentos, assim como as dimensões psicológicas e sociais da INSAN. Porém, também é destacado que sendo um método quantitativo para medir um fenômeno social, a EBIA “aplicada isoladamente, não é adequada para medir a complexidade de um fenômeno multidimensional e interdisciplinar como a SAN” (KEPPLE e SEGALL-CORREA, 2011, p. 196), e é expressada a necessidade de estudos aprofundados pela caracterização de INSAN em populações específicas como comunidades tradicionais (KEPPLE e SEGALL-CORREA, 2011).

Essencialmente, uma medição adequada da SAN depende altamente da realidade da população-alvo, e isto sendo já uma tarefa complexa a deslindar previamente qualquer mensuração de SAN. Para mais, uma gestão adequada dos diagnósticos também deve considerar numerosos fatores adicionais, como por exemplo a duração de situações de INSAN, que podem ser temporárias e sazonais, ou crônicas e permanentes (FAO, 2008).

2.1.3 Soberania Alimentar e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)

Com a evolução das discussões para a conceituação, medição e gestão da SAN, atores de movimentos sociais, camponeses e da sociedade civil trouxeram um eixo político para o debate, levantando a noção de *Soberania Alimentar* (FAO, 2013). Apontaram os obstáculos que enfrentam os povos para produzir e consumir alimentos

de qualidade, de forma autossuficiente e soberana, associados à monopolização capitalista da agroindústria e a globalização do mercado alimentar. Membros do movimento paisano *A Via Campesina* definiram a Soberania Alimentar como o direito das pessoas a definirem a produção do seu próprio alimento de forma a terem autonomia socioeconômica e política sobre a produção, distribuição e qualidade dos alimentos que os sustentam (ROSSET, 2003; MASSICOTTE, 2014).

O conceito de Soberania Alimentar se aplica não somente aos povos rurais e agrícolas, e procura envolver todos os membros da sociedade para tomarem consciência, iniciativa e defenderem um sistema alimentar sustentável e justo, com acesso para todos a alimentos de qualidade, sem agrotóxicos, de produção local e culturalmente apropriados (FAO, 2013; MASSICOTTE, 2014). Alguns autores comparam a ideia de soberania alimentar a uma certa forma de “democracia alimentar”, sendo uma luta contra sistemas políticos capitalistas que dominam o mercado de produção de alimentos (SMYTHE, 2014). A Soberania Alimentar amplia a noção tradicional da SAN e traz um caráter revolucionário e de luta contra o regime globalizante da alimentação (SMYTHE, 2014).

Sendo que a soberania leva a questão da alimentação para o âmbito de direitos fundamentais, foi elaborado o Direito Humano a Alimentação Adequada com a finalidade de garantir a SAN e a Soberania Alimentar para todos. A lei nº 11.346 institucionalizou o DHAA no Brasil, declarando-o dentre os direitos humanos fundamentais da Constituição Federal, e colocando a garantia da SAN da população como responsabilidade e dever do poder público (BRASIL, 2006). A oficialização do direito foi apenas o primeiro passo para sua garantia na prática, pois existem vários desafios enfrentados ao alcance da soberania alimentar para todos. Um deles começa pela tomada de consciência da população e a sua auto-identificação como titulares de um direito fundamental.

Os demais desafios para cumprir com a Soberania Alimentar e o DHAA são principalmente devidos às orientações de produção e lucro de empresas multinacionais de alimentos, e o poder político que exercem sobre os corpos de governança, sendo grandes incentivos para o crescimento econômico acelerado (STUCKLER e NESTLE, 2012). Isso faz com que muitos casos de violação do DHAA ocorram no meio rural,

principalmente nas populações que dependem do acesso territorial e da agricultura familiar como meio de subsistência (FAO et al., 2015; BRASIL, 2014c).

2.1.4 A Transição Nutricional nos Países Emergentes e o Brasil no Contexto da Globalização

Sendo que as dimensões da SAN são altamente influenciadas por fatores econômicos, os perfis nutricionais das diversas populações mundiais seguem certas tendências dos processos de transformação demográfico e econômico. A título de exemplo, considera-se o conceito da *transição epidemiológica*, que descreve a evolução histórica das doenças no mundo conforme o desenvolvimento econômico. Antes da revolução industrial e do crescimento econômico do mundo ocidental, predominavam doenças infecciosas (pragas, febres e parasitos) a nível mundial, que foram diminuindo à medida que crescia a predominância de doenças crônicas nos países desenvolvidos, associadas ao modo de vida modernizado (câncer, doenças cardíacas e degenerativas) (AMUNA e ZOTOR, 2008).

Da mesma forma, o processo de *transição nutricional* segue um padrão de acordo com o desenvolvimento econômico e a globalização, demonstrando uma evolução a partir de padrões de escassez alimentar, até padrões de excesso de consumo. Ao longo do processo da transição nutricional, as doenças alimentares predominantes no mundo partem da desnutrição, a subalimentação e a fome, e evoluem para prevalências crescentes de sobrepeso, obesidade, diabetes e pressão alta (AMUNA e ZOTOR, 2008, MONTEIRO et al., 2013).

Neste espectro, existem regiões do mundo que ainda sofrem as misérias da escassez alimentar, e outros que confrontam problemas de consumismo e superabundância. Para países que se encontram em processo de desenvolvimento econômico, isso implica a presença dos dois extremos da transição nutricional: escassez e excesso, características da distribuição desigual de alimentos. Em países economicamente emergentes como o Brasil, o México e a Índia, onde existem altas taxas de desigualdade social e de renda, coexistem situações de subalimentação e de desnutrição, junto com prevalências altas de sobrepeso e obesidade. Situações

alimentares contraditórias existem frequentemente dentro de uma mesma comunidade, e até dentro de um mesmo domicílio e para um mesmo indivíduo ao longo da vida (AMUNA e ZOTOR, 2008; BRASIL, 2014c; FAO et al., 2017).

No caso de países emergentes que se encontram no meio do espectro da transição nutricional, muitos autores denominam a situação como o *fardo duplo* de doenças, sendo a presença simultânea de desafios de SAN de natureza oposta (AMUNA e ZOTOR, 2008). Para mais, a INSAN no Brasil é descrita como um *fardo múltiplo*, sendo que a situação atual não se descreve apenas como a simples “fome” ou “excesso nutricional”, senão que uma *inadequação alimentar e nutricional* e uma justaposição de numerosas causas de INSAN (AMARAL e BASSO, 2016).

Nesta realidade, o capital econômico não correlaciona necessariamente com a alimentação adequada; existem indivíduos desnutridos com alta renda, assim como famílias pobres com sobrepeso, e em domicílios com crianças malnutridas podem-se encontrar adultos atingidos de obesidade (FAO et al., 2017). Isto torna a medição da SAN um processo muito mais complexo do que no caso de populações com um perfil demográfico-alimentar mais homogêneo. Torna-se crucial essa medição pelas considerações de povos em situação de vulnerabilidade social e territorial, e ainda mais para os que sofrem vulnerabilidade específica como os povos tradicionais (MONTEIRO et al., 2013).

O paradoxo nutricional no Brasil é muito associado ao sistema de produção e distribuição de alimentos. Depois de ter saído do mapa da fome mundial em 2014, o país ficou dentro dos países na América Latina com as taxas mais altas de sobrepeso, obesidade, assim como de consumo e venda de alimentos industrializados (FAO e PAHO, 2016). Junto com a dominância econômica crescente de empresas multinacionais como Nestlé e Coca-Cola, aumentaram as taxas de consumo excessivo de gorduras saturadas, gorduras *trans* e açúcares provindo de alimentos ultra processados (PEREIRA et al., 2012; MONTEIRO et al., 2013; STUCKLER e NESTLE, 2012). A dominação de produtos ultraprocessados no mercado já apresenta desafios para as populações socialmente vulneráveis, que ao perceber passam a ganhar acesso a uma alimentação regular e em quantidade maior, e ficam mais expostos a alimentos industrializados de baixa qualidade nutricional (POPKIN et al., 2013). Por isso é

importante considerar até que ponto as políticas de transferência de renda podem possibilitar ou prejudicar o alcance da Soberania Alimentar em populações vulneráveis.

De fato, o mercado de alimentos industrializados é um dos muitos elementos da globalização que prejudicam a SAN em múltiplas dimensões. Goyarkin et al. (2015) traçam correlações entre índices de globalização (nas dimensões social, política, e econômica) e as taxas de obesidade em países em desenvolvimento. O estudo estabelece os principais vínculos da INSAN com a globalização social, sendo definida pelo uso de internet e telefones celulares, número de televisões por pessoa, presença de turismo internacional e restaurantes “fastfoods”, entre outros fatores socioeconômicos (GOYARKIN et al., 2015).

De modo igual, os efeitos adversos de diferentes tipos de globalização acabam se transferindo às dimensões da SAN de forma que prejudique a manutenção de hábitos alimentares socialmente saudáveis como o ato de tomar refeições em família, ou as práticas culinárias de povos tradicionais (STUCKLER e NESTLE, 2012; POPKIN et al., 2013).

Alguns instrumentos que foram propostos para contrariar os efeitos nefastos do sistema globalizado de alimentos incluem a implementação de guias para a alimentação saudável e boas práticas (POPKIN et al., 2013). A este respeito, o Brasil foi destacado por ter publicado o primeiro guia alimentar nacional que inclui recomendações para o comportamento sócio alimentar. O Guia Alimentar para a População Brasileira aconselha comer em ambientes apropriados, sem uso de telefones celulares ou televisão, para ter melhor ciência do consumido e evitar os estímulos de excesso de consumo. Também é recomendado comer em companhia, com outras pessoas em um ambiente social agradável (BRASIL, 2014d). Além de criar recomendações individuais, outras abordagens gerais para combater a globalização do sistema alimentar são ferramentas educacionais para evitar o consumo de alimentos processados e promover os alimentos naturais, proposições para a normalização de rotulagem de alimentos, assim como estratégias para limitar a promoção comercial de alimentos processados e estabelecer métodos de tributação pela compra e venda das mesmas (FAO e PAHO, 2016; MONTEIRO et al., 2016; POPKIN et al., 2013).

No que se diz respeito à garantia do DHAA para populações rurais de vulnerabilidade específica frente a globalização alimentar, é imprescindível a integração da agricultura familiar nas cadeias de valor alimentares. A elaboração de instrumentos adequados para que os produtos da agricultura familiar sejam realmente disponíveis e acessíveis à população é um desafio para atores de governança da SAN a todas as escalas (FAO e PAHO, 2016).

2.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL

2.2.1 Contexto Histórico e Titulação de Terras Quilombolas

A forma de definir as Comunidades Quilombolas (CQs) varia extensamente segundo a abordagem empregada. A perspectiva histórica refere-se a CQs como descendentes de nativos do continente africano que foram escravizados durante a época colonial no Brasil, sendo os primeiros quilombos lugares de refúgio e sobrevivência para os escravos, pela criação de formas de organização social própria e uma resistência coletiva ao sistema escravista imposto (FURTADO et al., 2014).

Após a abolição oficial do regime escravista em 1888, os negros no Brasil ainda ficaram sujeitos à opressão colonialista, muitos trabalhando sob a autoridade dos proprietários de fazendas e engenhos, e frequentemente em condições deploráveis (ARRUTI, 2006; CALHEIROS e STADTLER, 2010). Ao longo do século XX, ampliou-se o debate institucional, político e moral em torno da situação das populações negras rurais, e o empenho pela reivindicação dos direitos destas comunidades foi se concretizando na sociedade civil, nos movimentos sociais e na comunidade acadêmica (OLIVEIRA, 2016).

O direito constitucional à terra, assim como à preservação da história e da cultura das CQs foi institucionalizada exatamente 100 anos após o fim da escravidão. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitutivas Transitórias (ACDT) da Constituição Federal de 1988 indicava que “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BANAL, 2013, p.20). Para mais, os artigos 215 e 216

responsabilizam o Estado de proteger as manifestações culturais dos “grupos participantes do processo civilizatório nacional” (FORTES e LUCCHESI, 2013, p. 55).

Assim sendo, o artigo 68 do ACDT não somente outorgou as comunidades o direito de posse territorial, mas também criou a categoria política e sociológica denominada *remanescentes de quilombos*. Esta designação procura identificar os grupos populacionais não apenas pela descendência de quilombos históricos, mas como reconhecimento oficial de uma identidade e uma cultura relacionada aos conflitos fundiários (CALHEIROS e STADLER, 2010; MARQUES, 2009).

Para concretizar os direitos estipulados na Constituição de 1988, a responsabilidade pela certificação de CQs foi designada à Fundação Cultural Palmares (FCP), que as define como “descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos” (BRASIL, 2017a).

Em 2003, um novo decreto presidencial foi assinado, garantindo o direito a auto-identificação das CQs, delegando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pela regularização dos territórios, e deixando a FCP responsável do cadastro geral das comunidades (BANAL, 2013; CALHEIROS e STADLER, 2010). Segundo o decreto de 2003,

Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombo os grupos étnico-raciais segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada a opressão histórica sofrida” (BANAL, 2013, p. 21).

A nova institucionalização pelo direito de auto-identificação quilombola despertou polêmicas na sociedade brasileira. Ao longo da década 2000, o INCRA foi empregando critérios mais rígidos pela documentação exigida para o processo de titulação, rendendo a identificação e a delimitação das CQs cada vez mais complicada. No final do ano 2013, Banal (2013) afirmou que:

A “produtividade” do INCRA, no tocante à questão quilombola, é bem abaixo do esperado. Cabe dizer que muitos dos processos abertos, além de terem sido protocolados há vários anos, nunca foram trabalhados. Assim, frente a 1.229 processos somente 139 (11.31%) chegaram a ser concluídos com a titulação num período de 10 anos. Calculando que as comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares são 2.278, significa que somente 6.1% alcançou o título da terra (p.28).

Atualmente a FCP tem certificado mais de 3000 CQs no país, das quais mais de 50% estão em processo de titulação pelo INCRA (BRASIL, 2017a) que tem expedido um total de 220 títulos no país inteiro (BRASIL, 2017c). No Estado da Paraíba foram identificadas 39 CQs com um total estimado de 12 mil pessoas, das quais 27 estão em processo de titulação territorial (BRASIL, 2017a; BANAL, 2013), e nenhuma chegou a receber a titulação oficial ainda (BRASIL, 2016b).

Embora a oficialização da situação quilombola na Constituição Federal ter sido considerada um andamento significativo no percurso para o alcance da igualdade na sociedade brasileira, revela-se como apenas um primeiro passo num longo caminho pela emissão de um título que não garante necessariamente reconciliação histórica pelas CQs (FORTES e LUCCHESI, 2013). Mesmo no caso das comunidades que têm obtido a titulação oficial do território (um processo que pode demorar vários anos), muitos ainda afrontam oposições à ocupação das suas terras e obstáculos para manter as suas práticas de subsistência (MARQUES, 2009).

Segundo Fortes e Lucchesi (2013), a falta de empenho do Estado para garantir os direitos quilombolas estabelecidos na Constituição e a ineficiência do INCRA na titulação dos processos provoca a consequência irônica de criar barreiras burocráticas pelas CQs no alcance dos seus direitos, aumentando os efeitos do racismo institucional que a própria política procura anular. Vale ressaltar também que ao estabelecer direitos constitucionais para populações quilombolas, os órgãos governamentais priorizam uma noção historicista que materializa a preservação cultural, com a perspectiva de resguardar uma ilusionada “diversidade cultural”, e não uma perspectiva de união e igualdade (ARRUTI, 2006; BANAL, 2013). Particularmente no que concerne a preservação de um patrimônio de caráter material como um lugar geográfico, historicamente construído e documentado, é considerado que “essa visão não poderia ser aplicada aos quilombolas, eles próprios exemplo de patrimônio *tangível e intangível*” (MARQUES, 2009, p.348).

No entanto, o reconhecimento jurídico não deixa de ser importante para as CQs, porque possibilita a consideração destes grupos auto-identificados como sujeitos de direitos fundamentais, e potencializa a sua participação no âmbito público que gerencia as suas condições de vida (MARQUES, 2009).

2.2.2 Identidade Quilombola e Territorialidade

Nas áreas das ciências sociais e antropológicas, existem dois conceitos indissociáveis aos estudos quilombolas: a construção da *identidade* e a noção de *territorialidade*. Partindo pelo pressuposto que a identidade é uma construção social definida pelas relações de poder, Castells (1997) indica que os grupos sujeitos a condições de subordinação tomam posturas de resistência para criar novas identidades e assim, podendo redefinir a sua posição na sociedade. Nesta perspectiva, a identidade quilombola não surge apenas por uma herança histórica e um passado de sofrimento, mas exige um processo de construção própria de cada comunidade, de acordo com suas características específicas:

Não é possível reduzir a idéia de quilombo às definições históricas, às idéias de isolamento, fuga ou mesmo a uma suposta unicidade entre os quilombos, mas que eles devem ser considerados em suas especificidades, cada grupo com suas características próprias (...) Não é apenas uma tipologia de dimensões, atividades econômicas, localização geográfica, quantidade de membros e sítio de artefatos de importância histórica. Ele é uma comunidade e, enquanto tal, passa a ser uma unidade viva, um *locus* de produção material e simbólica. Institui-se como um sistema político, econômico, de parentesco e religioso que margeia ou pode ser alternativo à sociedade abrangente (MARQUES, 2009, p.344-345).

A legitimidade do direito territorial implica então o direito de um povo a ter autonomia sobre a definição da sua identidade. Oliveira e Muller (2016) argumenta que pelas CQs, essa autonomia é frequentemente oprimida pelas estruturas de poder no Brasil,

A autoidentificação de um grupo é o principal critério de identificação do mesmo, e simplesmente atribuir a uma pessoa ou uma coletividade uma identidade, imputar uma identidade, é um ato de extrema violência. Tanto é assim que a Constituição Federal de 1988 reconhece como direito fundamental a liberdade de expressão. O foro mais íntimo desta liberdade é poder dizer quem sou eu, sem que outros me definam, sem que outros me imponham uma identidade. A luta do povo quilombola está em grande parte baseada no reconhecimento da liberdade de expressar sua identidade e construí-la de maneira positiva, livrando-se de estereótipos e pré-noções (OLIVEIRA e MULLER, 2016, p.318).

Assim sendo, o direito da construção de uma identidade própria é essencial para garantir avanços positivos nas condições de vida em CQs. É frequentemente discutido que a redefinição da identidade quilombola se faz por meio de várias formas de territorialidade; não apenas mediante o território físico que permite afirmar uma organização social e práticas de subsistência, mas também no sentido de uma territorialidade moral, que luta contra as opressões estruturais da sociedade moderna (FURTADO et al., 2014). Com referência às diversas formas de organização coletiva e práticas culturais como mutirões, agricultura familiar e artes afrodescendentes, os antropólogos enfatizam a interdependência do território e a construção da identidade:

Afinal, o território dessas comunidades é a síntese entre a dimensão físico-geográfica (os recursos naturais, terra, mar, rios, poços) e a dimensão simbólica de suas múltiplas territorialidades específicas. São as comunidades quilombolas e/ou agrupamentos negros que se definem como tais, que se apropriam, a partir de sua relação com a sociedade envolvente, de dimensões de sua cultura ou bens culturais como sinais diacríticos para delimitarem as fronteiras de suas identidades (OLIVEIRA e MULLER, 2016, p.323).

Desta forma, uma (re)construção da identidade quilombola não procura acabar com a opressão histórica mediante uma ocultação das formas de viver do passado, senão que com elogios as práticas de vida herdadas dos antepassados num contexto da realidade presente.

(...)Os territórios destas comunidades são heranças recebidas dos seus antepassados, mas também constituem bens a serem transmitidos às novas gerações (...) A Consciência étnica dos direitos à diferença cultural e ao território move essas comunidades na direção de projetos futuros que contemplam a transmissão cultural de saberes para as novas gerações, não para que sejam absolutamente novas nas maneiras de pensar, viver e fazer, mas para que o novo mantenha a memória e finque suas raízes de forma profunda nos territórios do passado, nas tradições, e mova a consciência para um futuro melhor (OLIVEIRA e MULLER, 2016, p.324).

Esta importância de um território físico e simbólico reforça claramente a declaração dos direitos para CQs na Constituição brasileira, contudo é importante entender que a noção territorial traz um significado mais profundo que a declaração jurídica. A abordagem antropológica demonstra que a garantia dos direitos quilombolas deve abranger muito mais do que as simples definições históricas e localizações

geográficas registradas na legislação. As noções de identidade e territorialidade são importantes para contemplar os instrumentos políticos estabelecidos pela garantia de outros direitos da população quilombola, como o DHAA.

2.2.3 SAN em Comunidades Quilombolas como Área de Estudo Interdisciplinar

Considerando os conceitos anteriormente discutidos neste referencial, é inevitável concluir que o estudo da SAN em CQs é complexo e interdisciplinar. Para acompanhar simultaneamente a evolução das formas de definir e medir a SAN, os desafios contemporâneos para a soberania alimentar, junto com a importância da construção identitária e a territorialidade para CQs, é preciso olhar criticamente e cuidadosamente a forma de intelectualizar tal pluralidade de contemplações.

A área de estudos acadêmicos em SAN para CQs está atualmente em fase inicial, sendo que as justificativas para garantia dos direitos quilombolas, tanto como do DHAA têm emergido recentemente. Sendo assim, a maioria dos estudos exploram diferentes métodos para medir e abordar a alimentação no contexto quilombola. Na área de saúde e nutrição, muitos seguem a lógica dos marcos teóricos da SAN e procuram medir a situação das CQs segundo indicadores demográficos e econômicos; outros, aplicam a EBIA de forma semelhante aos censos pela população não quilombola (BRASIL, 2014b; LANDIM et al., 2016; MONEGO et al., 2010; SILVA et al., 2017). As abordagens no âmbito das ciências sociais priorizam uma perspectiva antropológica e etnográfica, que procuram avaliar indicadores qualitativos da SAN, como a caracterização de práticas alimentares relacionadas com a identidade quilombola (COSTA, 2011; SÁ, 2010).

Dependendo da abordagem, as conclusões dos estudos nesta área relacionam a causalidade de INSAN nos quilombos com fatores físico socioeconômicos, como a falta de acesso a bens e serviços e o isolamento geográfico (MONEGO et al., 2010; LANDIM et al., 2016), ou então com as implicações do racismo institucional que permanecem nos tempos atuais, e que contribuem para a perda das práticas ancestrais e da autonomia alimentar dos moradores (COSTA, 2011; SÁ, 2010). As duas formas de contemplar os pretextos da situação quilombola possuem fundamentação válida e, raramente os

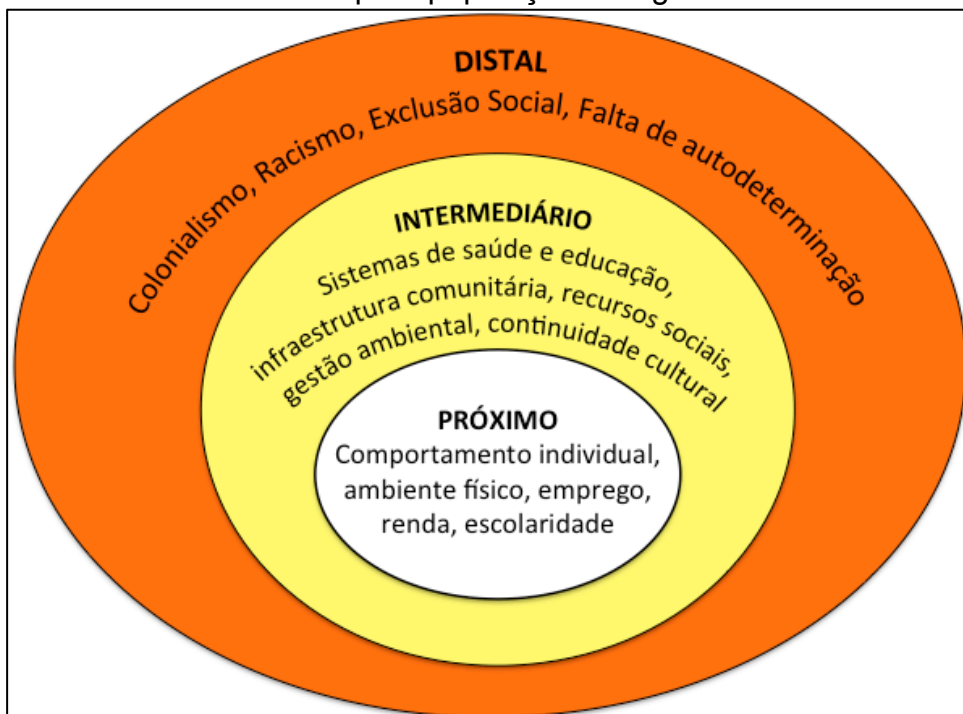
estudos de INSAN para CQs negligenciam a existência de outras formas de abordar a problemática.

A título de comparação teórica, abordagens de outros países pelo estudo e a gestão política da SAN em populações especificamente sujeitas à opressão histórica podem ser considerados. Exemplificamos o caso das populações indígenas no Canadá, cujos direitos territoriais foram negados pelo regime colonialista, cujas línguas e costumes foram erradicadas através de um sistema de escolas residenciais, e que até hoje se encontram em situações de extrema vulnerabilidade e INSAN comparado com a população geral (NATIONAL COLLABORATING CENTER FOR ABORIGINAL HEALTH, 2012).

Devido às realidades específicas desta população, as instituições públicas procuram diagnosticar a saúde indígena usando instrumentos diferenciados aos da população nacional. Partem do pretexto conceitual que o colonialismo histórico em si atua como a dimensão primordial e mais abrangente para todos os determinantes de saúde nestas populações (READING e WEIN, 2009). A Figura 3 ilustra a conceituação geral das esferas que afetam as dimensões da saúde pelas populações indígenas.

Três esferas de influência são apresentadas, e resumem os fatores presentes de nível próximo, intermediário e distal. Na esfera *distal*, encontra-se o fator do *Colonialismo*, sendo que essa forma de opressão histórica tem a capacidade de prejudicar todos os determinantes da saúde da população indígena. É importante destacar o caráter *circular* nesta hierarquia de determinantes da saúde, sendo um conceito holístico. Isso difere da conceptualização tradicional dos determinantes da saúde para populações onde o colonialismo não está presente, que se apresenta geralmente sob forma de uma hierarquia *linear* (READING e WEIN, 2009).

FIGURA 3 - Conceituação teórica das esferas que influenciam os determinantes da saúde para populações indígenas no Canadá.



Fonte: Adaptada de Reading e Wein (2009).

Nesta perspectiva, considera-se a SAN como parte dos determinantes da saúde em geral. Relembrando ao quadro conceitual apresentado na Figura 2 da seção 2.1.2, destaca-se que as normas brasileiras identificam fatores de “preconceito e desigualdades étnicas e raciais” como determinantes da SAN as escalas *Regional* e *Local* (BRASIL, 2014c). Isto implica que as causas e soluções a INSAN relacionadas com a discriminação étnico-racial são limitadas a instrumentos e ações aplicadas de acordo com ideologia do nacionalismo. Em contrapartida, a forma de conceber as causas de INSAN apresentada na figura 3 coloca o fator da *opressão histórica em geral* (colonialismo, escravidão, subordinação racial, etc.) não somente além da escala nacional ou global dos determinantes da saúde, mas numa categoria além de qualquer escala geográfica; sendo uma dimensão profundamente ideológica que permeia todas as escalas da SAN e todas as dimensões do bem-estar humano.

Partindo com essa fundamentação que procura considerar o escopo e a escala das consequências da opressão histórica, gestores da SAN no Canadá têm elaborado metodologias diferenciadas pela elaboração de diagnósticos e pelo norteamto de

políticas específicas para populações indígenas. Existe uma escala de INSAN indígena, que avalia elementos próprios da saúde destas populações, como as práticas de caça tradicional. Os diagnósticos do governo canadense procuram não somente incluir a especificidade indígena nas políticas de SAN nacionais, mas também incentivam formas mais universais da inclusão étnico-racial (COUNCIL OF CANADIAN ACADEMIES, 2014).

Esta comparação não procura de forma nenhuma equivaler a realidade quilombola brasileira com a realidade indígena norte-americana, e reconhece as grandes diferenças entre a escravidão e o colonialismo. A intenção é apenas destacar que para fins de gestão pública no que concerne qualquer condição de bem-estar humano, no contexto de populações que possuem uma identidade relacionada à opressão histórica é imprescindível entender aquela opressão na sua totalidade complexa.

Para mais, posto que o presente trabalho tem como objetivo a avaliação de um conceito que nasce de múltiplas áreas de conhecimento, que ainda estão individualmente em processo de construção teórica, foi considerado relevante explorar a combinação de quadros conceituais para amarrar um possível referencial teórico interdisciplinar. Isto pode tornar-se útil pela elaboração de eventuais iniciativas práticas, pois sabe-se que toda ação eficiente está fundamentada numa teoria válida. A teorização proposta serve então para iniciar uma contemplação para iniciativas promotoras da SAN e da igualdade racial conjuntamente e simultaneamente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ÁREA DE ESTUDO

Com o objetivo de representar adequadamente as realidades climáticas, edáficas e topográficas enfrentadas nas diferentes regiões do Estado da Paraíba, foram selecionadas três comunidades em mesorregiões distintas no estado: (1) a comunidade Ipiranga, no município de Conde na região da Mata Atlântica, (2) a comunidade Caiana dos Crioulos no município de Alagoa Grande na região do Agreste Paraibano, e (3) a comunidade Serra do Abreu, entre os municípios de Picuí e Nova Palmeira, na região da Borborema.

Reconhece-se que as comunidades selecionadas representam três das quatro mesorregiões do Estado, e que não foi incluída no estudo uma comunidade na mesorregião do Sertão Paraibano. Contudo, a área de estudo foi assim limitada, dentre outros fatores, em razão do tempo de estudo a campo para um cronograma para o Mestrado e a acessibilidade ao terreno. Mesmo reconhecendo que cada comunidade quilombola possui o seu trajeto histórico particular, assim como realidades e necessidades de SAN próprias, ainda pode-se generalizar que existe necessidade para melhor valorização cultural, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida na maioria dos Quilombos. No caso do Sertão Paraibano, Medeiros et al. (2014) revelaram altos níveis de vulnerabilidade, pobreza, exclusão social e ecológica, assim como baixa qualidade de vida das famílias em Comunidades Quilombolas desta região. Assim sendo, presumimos que as situações de INSAN encontradas nas comunidades deste estudo podem apresentar semelhanças às realidades encontradas em Comunidades Quilombolas na região do Sertão Paraibano.

3.2 MÉTODOS

Entre os meses de dezembro 2016 e junho 2017, foram realizadas visitas de campo nas três comunidades de estudo, durante as quais foram aplicadas metodologias de observação participante e entrevistas semiestruturadas com a

aplicação de questionários. Antes de proceder com as visitas nos domicílios, a pesquisadora estabeleceu um contato prévio com as comunidades, participando de reuniões das associações nas quais foi apresentada a intenção da pesquisa, e foram estreitados laços com os moradores. As entrevistas foram realizadas com sensibilidade do contexto cotidiano de cada respondente, dedicando um tempo mínimo de 45 minutos por entrevista, sendo que em muitos casos, a duração da entrevista se estendeu a mais que 60 minutos. Um total de 113 entrevistas domiciliares foram realizadas, representando 134 famílias², representando 50% ou mais das famílias em cada comunidade. O Quadro 1 resume as entrevistas realizadas nas visitas de campo:

QUADRO 1 - Distribuição das entrevistas realizadas nos domicílios das CQ estudadas e o número de famílias representadas.

Comunidade	Número de domicílios entrevistados	Número de famílias representadas nos domicílios entrevistados	Número total de famílias registradas na comunidade
Serra do Abreu	12	13	25-30 ³
Caiana dos Crioulos	54	56	100-120 ⁴
Ipiranga	47	65	90 ⁵
Total	113	134	

Para realização das entrevistas com aplicação de questionários bem como para a observação participante nas comunidades envolvidas, este projeto foi submetido à aprovação pelo Comitê de Ética em pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal da Paraíba. O questionário utilizado foi acompanhado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ambos elaborados de acordo com a

²Os residentes de alguns domicílios constituem membros duas ou mais famílias registradas ou estimadas do total de cada comunidade. Nestes casos, considerou-se uma coleta domiciliar para representar a totalidade de famílias residentes.

³ Indicação da liderança da comunidade, sendo que não há registros publicados sobre a população da comunidade.

⁴ Indicação da Agente de Saúde Comunitária (ASC) da comunidade, baseado em visitas mensais nas casas.

⁵ Indicação da liderança da comunidade, sendo que Banal (2013) indica que a população da comunidade Ipiranga era de 50 famílias em 2013.

Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). O projeto foi aprovado sem restrições, com Número do Parecer: 1.826.672.

4 RESULTADOS

A partir dos resultados foi produzido um artigo científico, formatado de acordo com as Instruções da Revistas para os qual será submetido.

Artigo Científico

Título	DISPONIBILIDADE, ACESSO E SOBERANIA ALIMENTAR EM TRÊS COMUNIDADES QUILOMBOLAS PARAIBANAS
Resumo	Situações de insegurança alimentar em comunidades quilombolas são manifestadas em diferentes âmbitos e amplitudes. A diversidade de realidades entre comunidades delineiam os pressupostos para a disponibilidade e o acesso aos alimentos, assim como para garantir a soberania alimentar. No contexto de um estudo amplo que procura caracterizar as múltiplas dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional, o presente trabalho objetiva definir os principais fatores que afetam a disponibilidade e acesso aos alimentos em três comunidades quilombolas em mesorregiões diferentes no Estado da Paraíba. A metodologia utilizada consistiu entrevistas semiestruturadas com aplicação de questionários (n=113) combinado com observação participante. Foram observadas diferencias entre comunidades quanto às condições climáticas que potencializam a produção de alimentos locais, a proporção de alimentos locais destinada à venda e ao consumo local, e ao território disponível para a produção própria. Nas três comunidades estudadas, existe uma maioria de famílias de baixa renda e beneficiários de programas sociais. Foi concluído que a globalização nos seu caráter social, econômico e ambiental apresenta desafios de tipo diferente para a disponibilidade, o acesso e a soberania dos alimentos. Destaca-se a importância de avaliar as realidades e especificidades em cada comunidade quilombola para poder traçar políticas de segurança alimentar eficientes e inclusivas.

GLOBALIZAÇÃO E SOBERANIA ALIMENTAR EM TRÊS COMUNIDADES QUILOMBOLAS PARAIBANAS

GLOBALIZATION AND FOOD SOVEREIGNTY IN THREE QUILOMBO COMMUNITIES IN THE STATE OF PARAÍBA

Resumo: Situações de insegurança alimentar em comunidades quilombolas são manifestadas em diferentes âmbitos e amplitudes. A diversidade de realidades entre comunidades delineiam os pressupostos para a disponibilidade e o acesso aos alimentos, assim como para garantir a soberania alimentar. No contexto de um estudo amplo que procura caracterizar as múltiplas dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional, o presente trabalho objetiva definir os principais fatores que afetam a disponibilidade e acesso aos alimentos em três comunidades quilombolas em mesorregiões diferentes no Estado da Paraíba. A metodologia utilizada consistiu entrevistas semiestruturadas com aplicação de questionários (n=113) combinado com observação participante. Foram observadas diferenças entre comunidades quanto às condições climáticas que potencializam a produção de alimentos locais, a proporção de alimentos locais destinada à venda e ao consumo local, e ao território disponível para a produção própria. Nas três comunidades estudadas, existe uma maioria de famílias com baixa renda e beneficiários de programas sociais. Foi concluído que a globalização nos seu caráter social, econômico e ambiental apresenta desafios de tipo diferente para a disponibilidade, o acesso e a soberania dos alimentos. Destaca-se a importância de avaliar as realidades e especificidades em cada comunidade quilombola para poder traçar políticas de segurança alimentar eficientes e inclusivas.

Palavras chave: *Povos tradicionais, Segurança Alimentar e Nutricional, Disponibilidade, Acesso, Agricultura Familiar*

Abstract: In Brazilian quilombola communities, cases of food insecurity of differing nature and scope are present. A plethora of diverse realities between communities influence the preceding factors to food availability, food access, and to ensure food sovereignty. In the context of a broader study that seeks to characterize the multiple dimensions of Food and Nutrition Security, this study aims to define the main factors that affect food availability and food access in three quilombola communities in different macro regions of the State of Paraíba. Methods of semi-structured interviews with the application of household questionnaires (n=113) were applied and combined with participant observation. Differences between communities were observed regarding climatic conditions that enable local food production, proportions of local foods for sale and consumption, and available territory for food production. All three communities of study showed a majority of low-income families and beneficiaries of social assistance programs. It was concluded that social, economic and environmental elements of globalization generate varying challenges for food availability, food access and food sovereignty, according to specific conditions in the studied communities. The importance of properly assessing specific realities in quilombo communities was emphasized for adequate, equitable and evidence-based food policy making.

Key words: *Traditional peoples, Food and Nutrition Security, Food Availability, Food Access, Family Farming*

INTRODUÇÃO

Para as diversas populações do mundo, a garantia à alimentação adequada depende da presença das dimensões fundamentais da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); a disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos com estabilidade no tempo^[1]. Além disso, é também essencial que os povos detenham soberania sobre as condições que definam a SAN, pois a presença em si de disponibilidade ou acesso a alimentos não garante que sejam oriundos de uma produção adequada para as necessidades de uma determinada população. Sendo assim, a Soberania Alimentar é uma condição fundamental para todos os grupos da sociedade quanto à sua autonomia sobre as formas de produção e aquisição de alimentos que os sustentam, assim como a qualidade nutricional e a apropriação cultural do conteúdo nos seus pratos^[2,3]. Desafios para a soberania alimentar e a garantia ao Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) tornam-se particularmente relevantes para populações cuja sobrevivência e bem-estar dependem da produção de alimentos, e ainda mais para aqueles que vivem em situações de marginalização socioeconômica e cultural^[4].

O fenômeno de globalização é indissociável da realidade e os desafios atuais da humanidade. Numa época de crescimento exponencial de interações econômicas, sociais e políticas, de disponibilidade imediata de informações tecnológicas e dominação de um mercado capitalista mundial, uma multiplicidade de transformações nas sociedades, podem ser constatadas. Como propõe o geógrafo Milton Santos^[5], a globalização é um fenômeno perverso; cria a ilusão que o desenvolvimento acelerado gera melhores condições de vida para todos, mas na realidade gera conflitos oriundos da desigualdade, uma vez que o capitalismo e o consumismo atuam como vetores pela deterioração da essência da vida e o bem estar humano.

No âmbito da SAN, elementos da globalização do capital econômico e dos bens e serviços afetam a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade dos alimentos para as populações humanas^[6]. A industrialização da produção de alimentos tem sido relacionada com a degradação de recursos naturais essenciais para as populações rurais e agrícolas^[7]. Além disso, a monopolização do mercado de alimentos por empresas multinacionais limita o acesso a alimentos de qualidade para as parcelas da população que vivem em condições de baixa renda^[8]. Assim, as populações rurais de países emergentes ficam cada vez mais vulneráveis ao fardo múltiplo da transição nutricional, caracterizado pela diminuição de consumo de alimentos naturais provindo de produção própria, e o aumento de consumo de alimentos processados de baixa qualidade

nutritiva. Além de uma certa desvinculação cultural e identitária com o alimento que sustenta, isto resulta na presença simultânea de desnutrição e doenças crônicas relacionadas ao excesso de consumo^[9,10,11,12].

Assim sendo, a globalização acrescenta os desafios para a soberania alimentar já presentes em populações de vulnerabilidade específica como povos tradicionais, onde a autonomia socioeconômica e política sobre a produção, distribuição e qualidade dos alimentos é frequentemente prejudicado^[3,4,6]. Na perspectiva do trajeto histórico dos escravos africanos no Brasil e a persistência de certa forma da marginalização social, cultural e territorial, as Comunidades Quilombolas seguiram vivendo em condições de pobreza, exclusão, baixa qualidade de vida e falta de acesso aos serviços de saúde e educação^[13,14, 15]. Além destes precursores de insegurança alimentar no quilombo, elementos da globalização econômica, política e cultural no Brasil também contribuem para a perda de práticas alimentares tradicionais e o aumento de consumo de alimentos de baixa qualidade nutricional^[16, 12]. Sendo a produção de alimentos em grande parte responsável pela identidade quilombola^[17], a insegurança alimentar amplificada pela globalização torna-se crítica não somente para definir as condições de saúde física e nutricional nas comunidades quilombolas, mas também pela construção de uma identidade que possa se articular com a garantia dos direitos da soberania alimentar, a alimentação adequada e a igualdade racial.

Destaca-se que agendas políticas atuais enfatizam a necessidade de fortalecimento de iniciativas pelo apoio à produção agrícola familiar e a valorização de práticas alimentares tradicionais^[18, 19]. Para garantir a eficiência de tais políticas, é imprescindível uma base de dados e registros oficiais acerca das condições nas populações alvo, e a primeira versão do Plano Estadual de SAN oficial na Paraíba, recentemente publicado, releva a necessidade da criação de um banco de dados que caracterize as especificidades de cada comunidade^[20].

Mesmo o Brasil sendo destacado mundialmente pelos avanços na erradicação da fome nas últimas décadas^[21], ainda foram apontadas grandes desigualdades regionais e raciais, ressaltando que as populações nas regiões Norte e Nordeste vivem com graves condições de insegurança alimentar, assim como comunidades afrodescendentes e quilombolas^[22, 13, 19].

O presente artigo objetiva avaliar os efeitos da globalização sobre condições de soberania alimentar em três comunidades quilombolas no Estado da Paraíba.

METODOLOGIA

Este foi um estudo descritivo e analítico que objetivou avaliar a situação de soberania alimentar através de pesquisa domiciliar, com população alvo sendo as famílias de comunidades quilombolas paraibanas. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com as gestoras de alimentação domiciliar em três comunidades em mesorregiões diferentes do estado:

- a) Quilombo Ipiranga, localizado no município de Conde a 30 km da capital paraibana, na mesorregião de Mata Atlântica e a microrregião de João Pessoa, caracterizada por um clima tropical e úmido, vegetação litorânea característica de praias (mangues, dunas, arbusto e vegetação rasteira) e áreas substituídas por plantações de cana-de-açúcar, e a mesorregião mais povoada e urbanizada do estado. Estima-se que moram 90 famílias na comunidade Ipiranga^a.
- b) Quilombo Caiana dos Crioulos, localizado no município de Alagoa Grande a 117km de João Pessoa, na mesorregião de Agreste Paraibano e microrregião do Brejo Paraibano, caracterizado por uma zona de transição entre o clima tropical úmido e o clima semiárido, solos relativamente férteis e uma vegetação intermediária entre floresta tropical e caatinga (cactáceas, pequenas árvores e arbustos), e onde predominam a produção de cana-de-açúcar, algodão, sisal e atividades pecuárias. Registros^[23] indicam que moravam 140 famílias na comunidade em 2013, e atualmente dividido a um grande número de migrações fora da comunidade (principalmente para o Rio de Janeiro)^[23], estima-se que moram entre 100 e 120 famílias em Caiana dos Crioulos^b.
- c) Quilombo Serra do Abreu, localizado entre os municípios de Picuí e Nova Palmeira, aproximadamente a 240km de João Pessoa, na mesorregião da Borborema, um planalto caracterizado por regiões montanhosas com clima quente e seco, onde as chuvas são escassas, e a vegetação nativa é de tipo caatinga. Localizado na microrregião do Seridó Oriental Paraibano. Estima-se que moram entre 25 e 30 famílias na comunidade Serra do Abreu^c.

No período de dezembro 2016 a junho 2017 foram realizadas visitas de campo durante as quais foram empregadas metodologias de observação participante e entrevistas semiestruturadas

^aIndicação da liderança da comunidade, sendo que Banal^[23] indica que a população da comunidade Ipiranga era de 50 famílias em 2013.

^b Indicação da Agente de Saúde Comunitária (ASC) da comunidade, baseado em visitas mensais nas casas.

^c Indicação da liderança da comunidade, sendo que não há registros publicados sobre a população da comunidade.

com a aplicação de questionários. Para isso foram respeitadas as normativas éticas e o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba, Parecer sob o nº1.826.672.^[24]

As visitas de campo foram divididas durante os diferentes períodos sazonais (verão/seca e inverno/chuvas) em cada comunidade. Foram entrevistadas as mantenedoras do lar de um total de 113 domicílios, sendo n=47 (Ipiranga), n=54 (Caiana dos Crioulos) e n=12 (Serra do Abreu), representando n=65 (Ipiranga), n=56 (Caiana dos Crioulos) e n=13 (Serra do Abreu), um total de 134 famílias^d e 50% das populações registradas em cada comunidade.

Os pontos de coleta da pesquisa foram registrados manualmente utilizando o aplicativo móvel *GPS Status*. Um mapeamento geográfico foi realizado usando o Software Qgis, versão 2.18.9 pelo Sistema de Projeção *SIRGAS 2000*, *Shapefiles EMBRAPA* com Imagem Satélite Google Earth. As casas foram selecionadas de acordo a disponibilidade, o consentimento dos moradores e baseado em orientações gerais das lideranças e agentes de saúde comunitárias com respeito às delimitações das comunidades. Respondentes da entrevista domiciliar foram autodeclaradas como gestoras da alimentação e como principal responsável pela escolha e o preparo dos alimentos da família. Sendo assim, constituiu-se uma amostra de indivíduos de 100% sexo feminino.

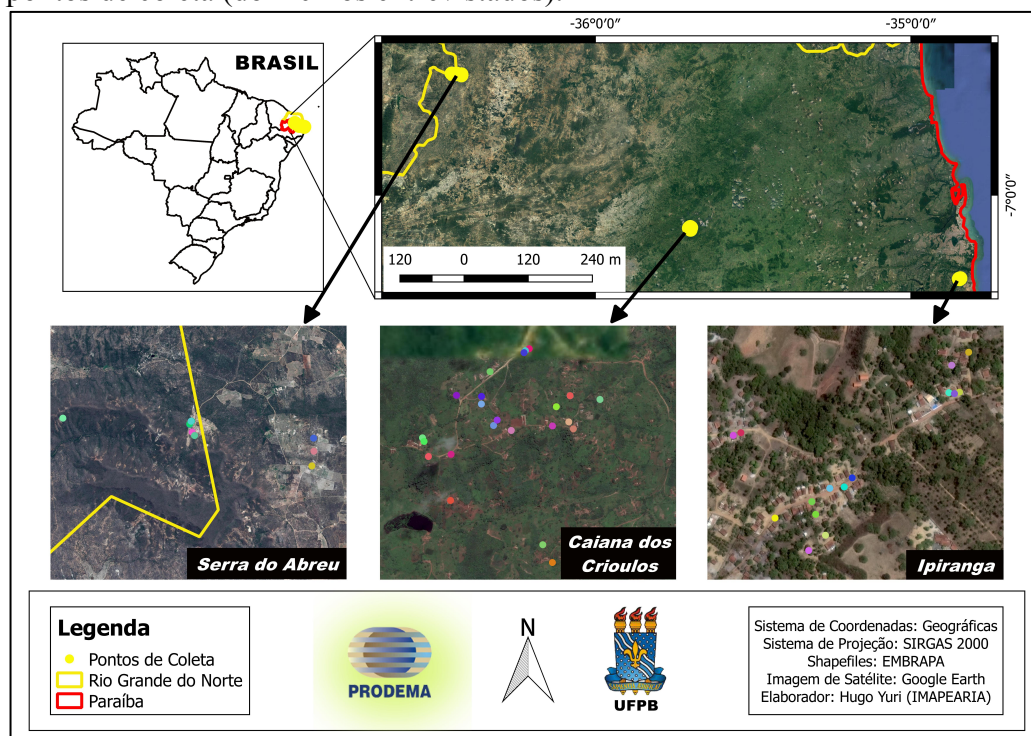
Foi aplicado um questionário que se desejou avaliar as condições de soberania alimentar nas comunidades de estudo, incluindo a presença de produção de alimentos para o consumo das comunidades e alimentos importados, histórias de conflitos territoriais assim como condições de sustentabilidade alimentar.

Para a análise de dados, foram discutidos inicialmente as diferentes condições climáticas em cada comunidade como pressupostos para a disponibilidade e a produção de alimentos. Em seguida, foram apresentadas as frequências absolutas (n) e frequências relativas (%) de dados demográficos e socioeconômicos, assim como dados relevantes à produção e consumo local de alimentos, organizados em forma de tabelas e gráficos comparativos das três comunidades.

^dOs residentes de alguns domicílios constituem membros de duas ou mais famílias registradas ou estimadas do total de cada comunidade. Nestes casos, considerou-se uma coleta domiciliar para representar a totalidade de famílias residentes na mesma unidade doméstica.

Observa-se que as três comunidades estão localizadas em mesorregiões que apresentam condições climáticas, pluviométricas e edáficas diferentes, e sendo assim, oferecem condições divergentes para a produção de alimentos. A localização de cada comunidade quilombola que foi alvo deste estudo pode ser observada na Figura 1.

Figura 1. Mapeamento das três comunidades quilombolas estudadas e os pontos de coleta (domicílios entrevistados).



Fonte: Pontos coletados pelo autor, Pesquisa (2017) com aplicativo móbil *GPS Status*. Mapeamento realizado pelo software Qgis versão 2.18.9, Sistema de Projeção *SIRGAS 2000*, *Shapefiles EMBRAPA* com Imagem Satélite Google Earth. Elaborado por Hugo Yuri (IMAPEARIA).

As distribuições de chuvas no Estado da Paraíba se concentram mais na zona litoral^[25], destacando-se a comunidade Ipiranga localizada na zona da Mata Atlântica pela abundância geral de chuvas, em comparação com as duas demais comunidades. As mesorregiões de Caiana dos Crioulos e Serra do Abreu são caracterizadas por períodos de escassez de água durante os quais a prática de agricultura é inviável. No caso de Caiana dos Crioulos, a microrregião do Brejo Paraibano se caracteriza por um período de chuvas entre os meses de fevereiro e setembro, com precipitações mais pronunciadas entre maio e julho.

O regime pluvial na comunidade Serra do Abreu possui não somente as precipitações mais escassas das três regiões estudadas, mas também é caracterizada por um alto grau de imprevisibilidade, devido às particularidades climáticas da microrregião do Seridó da Borborema. Conhecida por possuir características das regiões Semiárido e Sertão, o planalto da Borborema está sujeito a períodos cíclicos de seca onde a quantidade de chuvas anuais não chega a atingir 50% das médias históricas da região. Sabendo-se da existência de relatos de secas e estiagens na região desde o século VXII, uma série de fenômenos atmosféricos afetam a variabilidade de chuvas ea baixa produtividade dos solos, dificultando o potencial agrícola na região da comunidade Serra do Abreu^[25].

A capacidade de produção agrícola de uma região é afetada não apenas pela presença ou ausência de precipitações, mas também por um conjunto de fatores geofísicos, incluindo a qualidade do solos, a composição da paisagem, o clima, a temperatura. Desta forma, para avaliar a potencialidade de cultivo nas comunidades estudadas, foram considerados dados geográficos e agronômicos. Nesse sentido, utilizou-se como um dos parâmetros o potencial pedoclimático, que abrange características macro climáticas, edáficas e exigências de culturas agrícolas específicas para avaliar o potencial de produção em uma determinada região^[26].

Sendo um alimento de produção predominante na Paraíba e estando entre os alimentos básicos pela sobrevivência nas comunidades rurais, o potencial pedoclimático do milho (*Zea mays L.*) pode servir como indicador das limitações ambientais à produção agrícola em diferentes regiões. Segundo a distribuição do potencial pedoclimático do milho no Estado da Paraíba^[26], destaca-se que a comunidade Serra do Abreu se encontra numa região extremamente inapta pela produção agrícola. Mesmo em condições de chuva e presença de água, outros fatores como a baixa qualidade do solo e a imprevisibilidade climática dificultam a produção agrícola. A região da comunidade Caiana dos Crioulos se caracteriza por um potencial agrícola sazonal, onde em condições chuvosas como no período entre fevereiro e setembro, existem altos níveis de potencial agrícola. Em condições de deficiência hídrica, como nos meses de outubro até janeiro, a produção é dificultada. A comunidade Ipiranga se encontra numa região onde tanto os fatores climáticos, edáficos, como de pluviosidade favoreçam a produção agrícola ao longo do ano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sendo que a garantia da soberania alimentar está diretamente relacionada à produção agrícola, é relevante destacar as condições físico-ambientais que afetam a disponibilidade e a estabilidade de alimentos nas comunidades de estudo, antes da apresentação de qualquer análise demográfico dos moradores. Com a caracterização ambiental das três áreas de estudo, destacamos as dimensões de disponibilidade e estabilidade dos alimentos como pressupostos para atingir a soberania alimentar e a SAN. A comunidade Serra do Abreu está sujeita ao duplo fardo da falta de condições adequadas para ter disponibilidade de alimentos locais, não somente para uma produção substancial, mas também numa escala temporal constante. A comunidade Caiana dos Crioulos possui condições para a produção sazonal durante o período de chuvas e, no período de verão, as condições de seca dificultam a disponibilidade de alimentos locais. Trata-se então de uma disponibilidade temporária, sendo que as condições que potencializam a disponibilidade e o acesso aos alimentos locais são presentes apenas durante uma época parcial e não de forma constante. A comunidade Ipiranga já se encontra numa região onde as condições ambientais possibilitam a produção de alimentos durante o ano inteiro, de forma que a região não está sujeita as mesmas dificuldades para a produção de alimentos como nas duas outras. Estes fatores são os primeiros a considerar quanto às dimensões de disponibilidade e estabilidade de alimentos nas comunidades estudadas, e agem como pré-requisitos para a SAN e a soberania alimentar.

A Tabela 1 resume os dados demográficos obtidos nos 113 domicílios entrevistados. Destaca-se que nas três comunidades há uma maioria das amostras com incompletude do ensino fundamental. Na comunidade Serra do Abreu foi detectada a maior proporção de chefes de família que não chegou a completar o primeiro grau (66,7%). Também não foi observado nesta comunidade, casos de chefes de família que tenham completado o nível de educação superior. Das 47 entrevistadas na comunidade Ipiranga, foram encontrados três casos (6,4%) de chefes de família com titulação de nível superior, e esta comunidade também conta com a maior proporção de respostas para a completude do ensino fundamental (27,7%).

Tabela 1. Dados demográficos por domicílio em três comunidades quilombolas paraibanas (Ipiranga n=47; Caiana dos Crioulos n=54; Serra do Abreu n=12).

	Ipiranga (Mata Atlântica)		Caiana dos Crioulos (Agreste)		Serra do Abreu (Borborema)	
	n	%	n	%	n	%
Escolaridade (chefe da família)						
Não estudou	7	14,9	11	20,4	2	16,7
Fundamental 1 incompleto	9	19,1	15	27,8	6	50
Fundamental 1 completo	5	10,6	3	5,6	-	-
Fundamental 2 incompleto	10	21,3	13	24,1	3	25
Fundamental 2 completo	13	27,7	10	18,5	1	8,3
Nível Superior	3	6,4	2	3,7	-	-
Nº de residentes no domicílio						
Até duas pessoas	5	10,6	15	27,8	2	16,7
Entre 3 e 4 pessoas	28	59,6	25	46,3	8	66,6
Entre 5 e 6 pessoas	10	21,3	12	22,2	2	16,7
7 pessoas ou mais	4	8,5	2	3,7	-	-
Presença de menores de 18 anos						
Sim	32	68,1	35	64,8	9	75
Não	15	31,9	19	35,2	3	25
Presença de menores de 5 anos						
Sim	16	34	15	27,8	5	41,7
Não	31	66	39	72,2	7	58,3

Fonte: Dados coletados a campo pela autora, 2017.

Segundo dados das condições de SAN em 11 países emergentes, incluindo o Brasil^[27], o nível de escolaridade do chefe domiciliar está relacionado à qualidade dos alimentos consumidos na residência e é frequentemente associado com situações de desemprego, baixa renda e baixo acesso econômico aos alimentos. Os autores apontam que a escolaridade é comumente associada às taxas de urbanização, sendo que os domicílios com maior isolamento geográfico tendem a ser menos escolarizados, e além de ter menos acesso físico aos alimentos, podem ser limitados nas suas escolhas alimentares^[27]. Desta forma, uma possível explicação para as taxas de maior escolaridade observadas na comunidade Ipiranga é a sua proximidade às áreas urbanas, quando comparada com Caiana dos Crioulos e Serra do Abreu.

A escolaridade também pode agir como precursor para atingir a SAN e a Soberania Alimentar, uma vez que no pretexto para garantir o DHAA, é primeiramente essencial o auto-reconhecimento como titular de direito fundamental^[3]. Em casos onde o titular do direito possui

pouca consciência que é digno de melhores condições de vida, dificilmente identifica oportunidades para apropriar-se delas. Neste sentido, a baixa escolaridade dos moradores é um potencial precursor para a insegurança alimentar e obstáculo para alcançar a soberania alimentar nas comunidades estudadas. Outros dados obtidos sobre SAN em Comunidades Quilombolas concorda com este pretexto: O estudo domiciliar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), que caracterizou 169 comunidades em cinco regiões do Brasil, demonstra que as regiões com menores taxas de escolaridade correspondem às regiões com maior prevalência de insegurança alimentar, no caso as regiões Norte e Nordeste^[13].

Além de associar a baixa escolaridade com a insegurança alimentar, os dados do MDS também sinalam que comunidades quilombolas com maior número de residentes por domicílio apresentam maior vulnerabilidade a insegurança alimentar, uma vez que a divisão dos recursos domiciliares fica mais escassa^[13]. Da mesma forma, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) constata que em países da América Latina e/ou Caribe, os domicílios contando com 5 pessoas ou mais apresentam maiores taxas de desnutrição, sobre tudo para crianças que estão em fase crucial de desenvolvimento^[6].

Dentre as comunidades estudadas, Caiana dos Crioulos apresentou a maior proporção de domicílios com 5 ou 6 residentes (22,2%), e a comunidade Ipiranga conta com 4 casos (8,5%) onde foi declarado que moram 7 pessoas ou mais na residência. Outrossim, a maior parte das residências em Ipiranga, Caiana dos Crioulos e Serra de Abreu apresentou de 3 a 4 moradores por domicílio, correspondendo a 59,6%; 46,3% e 66,6% respectivamente, dos entrevistados.

O número de crianças por casa também é importante parâmetro para avaliar condições de SAN. Os dados coletados indicam que as comunidades possuem entre 64% e 75% de domicílios com presença de um ou mais jovens abaixo de 18 anos, assim como de 58% a 72% dos domicílios possuem crianças com até 5 anos. Sabe-se que a presença de crianças menores de 5 anos de idade requer um maior atendimento das necessidades alimentares, que está relacionado ao processo crucial de desenvolvimento^[22]. Essa realidade de numerosos moradores de um mesmo domicílio com baixa renda juntamente com crianças menores de 5 anos de idade pode revelar um fator precursor de vulnerabilidade à insegurança alimentar. A Tabela 2 reúne os dados coletados com relação à situação econômica das famílias e as suas principais fontes de renda. Dos 113 domicílios entrevistados, a maioria sobrevive com um salário mínimo ou menos. A Comunidade Caiana dos Crioulos apresentou a maior proporção de famílias de renda mínima

(85,2%), assim como de beneficiários do Programa Bolsa Família e outros programas de transferência de renda (87,1%). A Comunidade Serra do Abreu demonstrou uma proporção comparável de famílias de renda mínima (83,3%), e uma taxa de 66,3% de beneficiários de Bolsa Família e Aposentadoria, em proporções iguais. Comparada com outras comunidades, Ipiranga apresentou uma proporção relativamente maior de famílias que recebem mais de um salário mínimo (23,4%), dentre os quais muitos sendo beneficiários de programas sociais como Bolsa Família, Aposentadoria e outros. Os moradores desta comunidade também possuem pequenas fontes de renda em trabalhos ocasionais e têm a possibilidade de buscar emprego nas áreas urbanas de Conde e Jacumã, municípios próximos à capital paraibana. Contudo, as três comunidades contam com proporções majoritárias (mais que 50%) de famílias com baixa renda e beneficiários de assistência social.

Tabela 2. Condições socioeconômicas observadas em três comunidades quilombolas paraibanas (Ipiranga n=47; Caiana dos Crioulos n=54; Serra do Abreu n=12).

	Ipiranga (Mata Atlântica)		Caiana dos Crioulos (Agreste)		Serra do Abreu (Borborema)	
	n	%	n	%	n	%
Renda familiar						
Até 1 salário mínimo	36	76,6	46	85,2	10	83,3
De 2 a 4 salários mínimos	11	23,4	8	14,8	2	16,7
Beneficiários de Bolsa Família						
Sim	20	42,5	25	46,3	4	33,3
Não	27	57,5	29	53,7	8	66,7
Beneficiários de BF e/ou outros programas sociais*						
Sim	33	70,2	47	87,1	8	66,7
Não	14	29,8	7	12,9	4	33,3
Presença de renda da agricultura familiar						
Sim	15	31,9	4	7,4	0	0
Não	32	68,1	50	92,6	12	100

* Outros programas sociais incluem programas de transferência de renda como aposentadoria, pensão alimentício dos filhos, pensão de doença ou pensão por morte de cônjuge falecido.

Fonte: Dados coletados a campo pela autora, 2017.

Outros estudos^[13, 14, 15, 28], apontam a correlação entre a baixa renda e situações de insegurança alimentar. Gestores de SAN a nível nacional^[19] e internacional^[6] consideram a pobreza como empecilho principal ao acesso a uma alimentação adequada, e agendas políticas

focam as suas ações para possibilitar o acesso econômico a alimentos básicos para populações necessitadas^[22].

Ainda assim, foi demonstrado que os programas sociais também podem tomar consequências adversas. Silva *et al.*^[30] num estudo comparativo de SAN entre domicílios quilombolas e não quilombolas em 21 comunidades rurais, encontrou não apenas altas prevalências de insegurança alimentar em famílias quilombolas, mas também em famílias participantes do Programa Bolsa Família. Considera-se que os programas de transferência de renda são importantes para aumentar o acesso e a quantidade de alimentos, mas não garantem necessariamente acesso aos alimentos com variedade e qualidade adequada para promover a soberania alimentar. Num estudo com famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica no Pará^[29], revelou-se que os benefícios do Programa Bolsa Família oferecem acesso a maiores quantidades de alimentos e podem providenciar um aumento na variedade de alimentos consumidos. Porém, não constatarem influência da assistência social sobre o consumo de verduras e alimentos naturais importantes para uma dieta rica em nutrientes. Ser beneficiário de assistência social é frequentemente associado ao consumo de produtos de baixo valor nutricional (altos teores em açúcares e gorduras), dietas com pouca variedade e pobres em nutrientes, podendo atuar como pressupostos para doenças crônicas e sobrepeso^[11].

Nos relatos dos moradores, existem indicações que os programas de transferência de renda os permitiram ganhar acesso a uma quantidade maior de alimentos comparado com tempos passados, mais não indicam ter providenciado a autonomia quanto à escolha de alimentos. Ao indicar que a perda do benefício seria uma falta para alguns, existe a possibilidade de uma certa dependência da assistência social pela parte dos moradores.

Hoje é melhor que apareceu o dinheiro. Já trabalhei comendo farinha seca e rapadura... é melhor que antigamente era tudo sofrido. Apareceu essa ajuda e tem essa Bolsa Família... dá para sustentar uma coisinha.

-Entrevista #7, Serra do Abreu, 8 junho, 2017, 46-55 anos

Antes era mais escasso, hoje sobra mais para comer e dar, hoje é melhor. Comparando a 15-25 anos atrás, nós somos ricos! Nestes tempos não existia Bolsa Família nem Bolsa Escola, tudo mudou. E se cortar já faz uma falta. Hoje ainda é difícil porque não sabe quando vai ter emprego. Tá mais fácil do que antes mas ainda não é fácil.

-Entrevista # 62, Caiana dos Crioulos 29 junho, 36-45 anos

Em outros relatos, o acesso econômico a uma quantidade maior de alimentos foi relacionado com a diminuição da qualidade nos alimentos consumidos.

Nas três comunidades, famílias que declararam não serem beneficiárias de nenhum programa social dependem do salário de uma ou mais pessoas (homem, mulher ou filhos). Vale ressaltar que na comunidade Caiana dos Crioulos, muitas pessoas migraram para residir e trabalhar no Rio de Janeiro, e muitos filhos mandam ajuda financeira de lá para os seus familiares que ainda residem na comunidade.

A Tabela 2 indica também que na comunidade Ipiranga, existe uma proporção maior de domicílios onde alguma renda oriunda da agricultura familiar é presente (31,9%, comparado com 7,4% em Caiana dos Crioulos e 0% em Serra do Abreu). Esse dado pode ser justificado porque além de possuir condições climáticas mais favoráveis ao plantio na zona litoral, a presença do Rio Gramame serve para abastecer os terrenos agrícolas nas redondezas da cidade do Conde. Porém, apesar de ter uma proporção mais significativa da renda provindo da agricultura familiar do que nas comunidades Caiana dos Crioulos e Serra do Abreu, uma grande parte dos agricultores em Ipiranga não possuem terreno próprio. Dos domicílios autodeclarados agricultores nas entrevistas, 74% declararam não consumir os produtos da sua própria produção, e que estes são destinados à venda por atravessadores que vêm para buscar os alimentos nos terrenos, ou então são levadas pelos donos dos terrenos para venda fora da comunidade. Esse dado vai em desencontro aos conceitos de soberania alimentar, pois comprova que grande parte do que é produzido por essas comunidades não é consumido por elas. Esse dado pode ser confirmado pela fala de um dos entrevistados da comunidade do Ipiranga, no Conde:

A gente não tem roçado próprio. Quem vende é o patrão. A gente só faz porque é trabalho. Mesmo ele deixando levar um pouquinho para casa, a gente não consome muito alimento do roçado não.

-Entrevista #89, Ipiranga, 23 março 2017, 56-65 anos

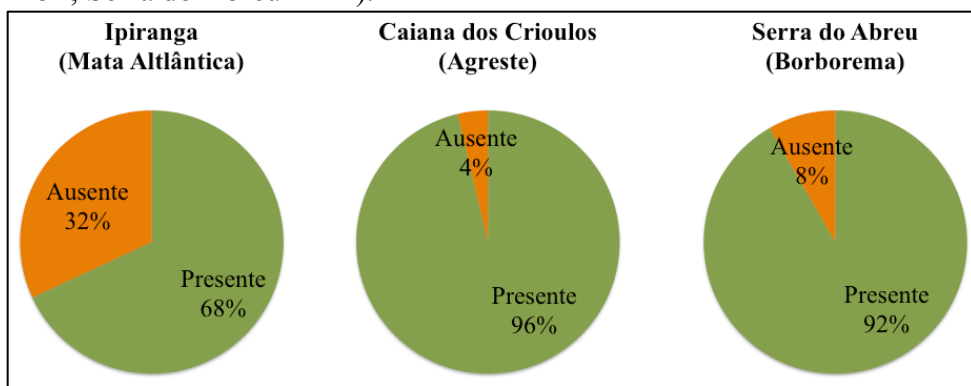
No caso dos moradores de Ipiranga empregados por fazendeiros não quilombolas, a maioria dos alimentos consumidos nas suas famílias provêm dos mercadinhos e supermercados nas redondezas. Segundo Massicotte^[4], as várias formas de posse de terras que impedem ao agricultor de ser beneficiário dos frutos do seu próprio trabalho são formas de violação do direito humano à alimentação adequada. Neste sentido, a falta de autonomia sobre a produção própria na comunidade Ipiranga é considerada como impedimento para a soberania alimentar.

Na tabela 2 torna-se relevante o dado em relação à presença da renda em função da agricultura familiar. Na comunidade de Ipiranga, na região da Mata Atlântica, observou-se que 31,9% dos entrevistados disseram que a renda familiar é oriunda da agricultura familiar. Esse dado pode ser explicado não só pelas práticas que são transmitidas entre gerações mas também

pelas condições geográficas e principalmente pelo índice pluviométrico da região ser mais alto, favorecendo assim a prática da agricultura. Porém, este dado não se confirmou para as outras duas comunidades. Em Serra de Abreu não foi detectada nenhuma família que tenha renda oriunda de práticas na agricultura familiar. Este dado é alarmante, uma vez que a ausência de agricultura familiar pode comprometer não só a renda dos moradores daquela comunidade mas certamente também contribuem para uma alimentação com menor teor de nutrientes e consequentemente para manutenção de um estado de insegurança alimentar.

Nas comunidades Caiana dos Crioulos e Serra do Abreu foram identificadas proporções mínimas de renda provindo da agricultura familiar, principalmente devido à falta de condições climáticas adequadas para o plantio. É importante notar que a presença de renda provindo da agricultura familiar não representa a proporção total de famílias que participam na prática de agricultura familiar, sendo que foram registradas famílias que produzem alimentos apenas para o consumo próprio e não pela geração de renda. A Figura 2 apresenta os dados coletados sobre a presença de cultivo de alimentos locais nas três comunidades. Dentre as entrevistas que declararam participar na atividade de plantar, a Figura 3 destaca os principais destinos das suas produções agrícolas.

Figura 2. Presença de cultivo de alimentos para consumo ou venda em três comunidades quilombolas paraibanas (Ipiranga n=47; Caiana dos Crioulos n=54; Serra do Abreu n=12).

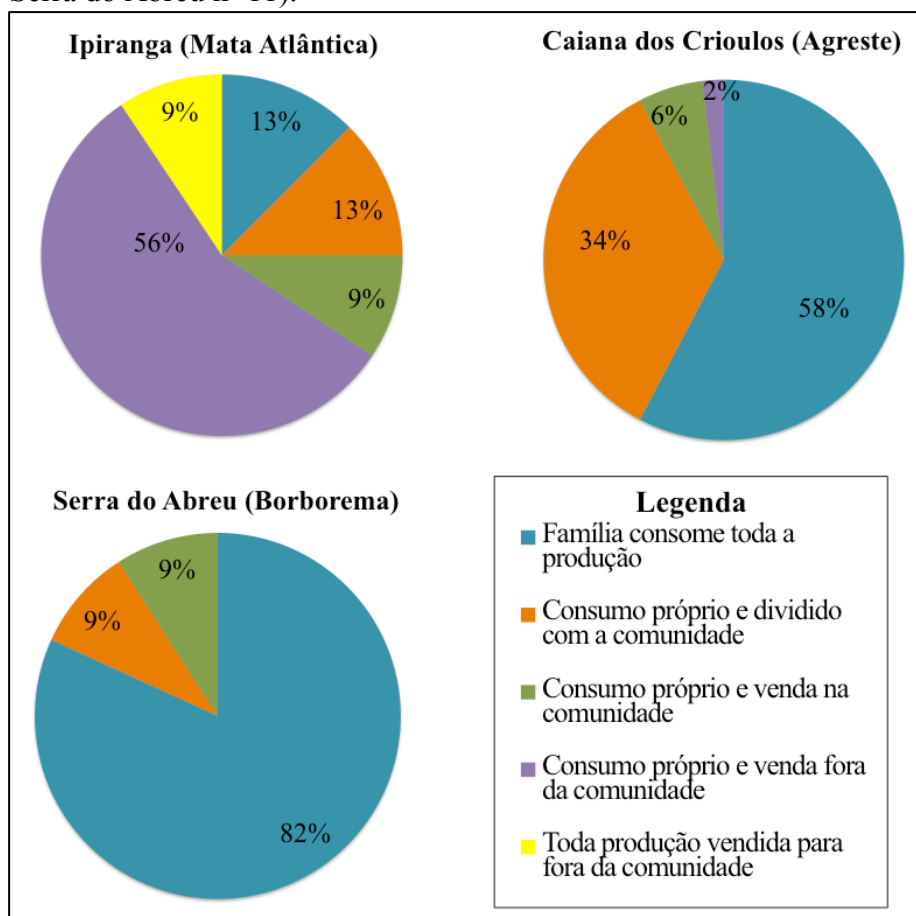


Fonte: Dados coletados a campo pela autora, 2017.

Mesmo que apenas 7,4% dos moradores de Caiana dos Crioulos tenham declarado receber uma renda da agricultura familiar (Tabela 2), 52 de 54 entrevistadas (96%) declararam participar no cultivo de alimentos (Figura 2), das quais 48 (92%) destinam os seus cultivos exclusivamente para o consumo dos moradores, e não à venda (Figura 3). Segundo os moradores, os principais motivos para não plantar em quantidades maiores do que para a subsistência são a falta de terreno

suficiente, a falta de chuvas em época de verão, assim como a falta de tempo no caso dos jovens que frequentam a escola, e das mulheres que cuidam dos filhos. A modernização da cultura, as transformações sociais e o papel que ocupa a mulher na alimentação familiar são elementos fundamentais quanto à utilização de alimentos, a serem discutidos em análises de soberania alimentar que vão além do âmbito deste artigo.

Figura 3. Principal destino da produção agrícola em três comunidades quilombolas paraibanas (Ipiranga n=32; Caiana dos Crioulos n=52; Serra do Abreu n=11).



Fonte: Dados coletados a campo pela autora, 2017.

A proporção de famílias na comunidade Serra do Abreu que participam no cultivo de alimentos (92%, Figura 2) é surpreendente, considerando os desafios ambientais para a produção no planalto da Borborema. A explicação deste dado foi revelada nas entrevistas, onde ao responder se cultivam alimentos ou não, os moradores relataram que sempre tentam plantar “o

que dá”, ainda que não resulte numa produção significativa para o consumo. Os cultivos principais revelados nas entrevistas dos moradores em Serra do Abreu são hortaliças como coentro e alecrim, assim como a palma que é usada para a alimentação de criações, e não para o consumo humano. Os moradores relataram que a falta de chuvas não permite a produção significativa de alimentos principais como milho, feijão, mandioca ou batata. Para mais, especificaram que as pequenas plantações de hortaliças não estão presentes de forma constante ao longo do ano. Isto se transfere a uma falta de autonomia dos moradores quanto à capacidade de praticar seus conhecimentos agrícolas, e ilustra claramente o vínculo entre as limitações ambientais e a falta de soberania alimentar na comunidade Serra do Abreu.

Outro dado que parece contrariar as condições ambientais é a proporção menor de participação na prática agrícola na comunidade Ipiranga quando comparada às outras duas comunidades (Figura 2), as quais enfrentam maiores desafios ambientais como a escassez de chuvas e solos férteis. A proximidade ao meio urbano da comunidade Ipiranga pode contribuir ao fato de menos famílias participarem na atividade do plantio.

Quanto ao acesso para a compra de alimentos, existem pequenos estabelecimentos comerciais na estrada principal que divide as comunidades de Ipiranga e Gurugi e também e, alguns domicílios dentro da própria comunidade Ipiranga. Contrariamente, as comunidades Caiana dos Crioulos e Serra do Abreu não dispõem de instalações comerciais de caráter urbano, e os únicos alimentos disponíveis para a compra dentro das comunidades são bebidas, refrigerantes, pipocas, biscoitos e doces vendidos entre os mesmos moradores.

A atividade de plantar para o próprio consumo torna-se mais importante para estas comunidades que são mais isoladas geograficamente. Outra possível explicação pela menor participação dos moradores de Ipiranga no cultivo de alimentos é o acesso a outras atividades de geração de renda permitido pela proximidade aos centros urbanos. Muitos moradores declararam que plantavam antigamente, mais que deixaram de plantar para poder trabalhar em comércio, restaurantes e pousadas nas cidades vizinhas de Conde e Jacumã. Os mesmos relatos expressaram a preferência para um emprego de tempo parcial, de contrato temporário e de baixa renda do que engajar na atividade forçada da plantação agrícola. Tais situações comprometem o alcance da soberania alimentar, uma vez que assumir um cargo de baixa renda torna-se mais viável do que a produção de alimento próprio para consumo e venda. Os moradores possuem pouco acesso econômico para poder consumir uma variedade suficiente de alimentos com qualidade adequada.

Além disso, reforça-se que o não engajamento dos quilombolas em atividades agrícolas gera um impacto negativo sobre a identidade quilombola e acompanha a perda de práticas tradicionais.

A Figura 3 destaca a comunidade Ipiranga pela proporção de alimentos produzidos e vendidos fora da comunidade (65%), sendo que dentre os moradores que participam na atividade do plantio, a maioria não planta em terreno próprio e nem sequer para consumo próprio. Isto demonstra que a presença de condições ambientais adequadas para o cultivo, e mesmo o fato de ser agricultor(a) praticante, não é suficiente para garantir a soberania alimentar para os moradores de Ipiranga. No caso desta comunidade, a falta de posse de terrenos agrícolas próprios revelou-se como uma das principais barreiras à soberania alimentar.

As percepções dos moradores em relação à renda gerada pela venda de alimentos de produção própria são apresentadas na tabela 3.

Tabela 3. Percepção do grau de suficiência da renda gerada pela venda de produção agrícola em três comunidades quilombolas paraibanas (Ipiranga n=24; Caiana dos Crioulos n=4; Serra do Abreu n=1).

	Ipiranga (Mata Atlântica)		Caiana dos Crioulos (Agreste)		Serra do Abreu (Borborema)	
Renda gerada pela venda de alimentos	n	%	n	%	n	%
Suficiente para os gastos da família	1	4,2	-	-	-	-
Parcialmente suficiente	6	25,0	1	25,0	-	-
Não suficiente para os gastos da família	17	70,8	3	75,0	1	100

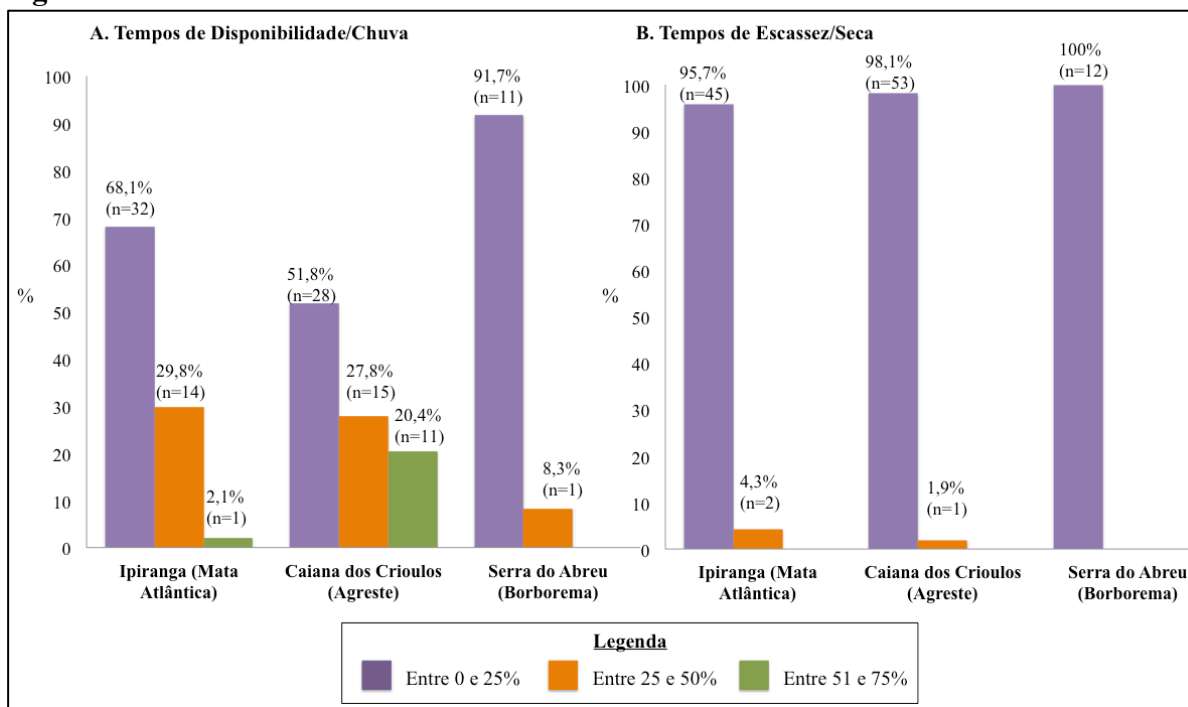
Fonte: Dados coletados a campo pelo autor, 2017.

Vale ressaltar que mesmo em Ipiranga, onde existem melhores condições para a produção e onde a venda é maior, a renda gerada pela venda de alimentos não é considerada suficiente para os gastos da família (70,8%, 17 de 24 respostas). Da mesma forma, os moradores de Caiana dos Crioulos que declararam ter uma renda pequena da agricultura (n=4), informaram que essa renda não é suficiente, ou então é parcialmente suficiente para os gastos das suas famílias. Essas pessoas não praticam o plantio durante o ano inteiro, e consideram a renda agrícola como um complemento à renda principal, que é oriunda principalmente de programas de assistência social. Na comunidade Serra do Abreu, a escassez de chuvas é ainda mais intensa e impede que haja quantidade de alimentos suficientes vendidos pelos moradores para gerar uma renda significativa.

Também foi avaliada a quantidade de alimentos locais consumidos relativos à alimentação geral das famílias entrevistadas. Os resultados são apresentados na figura 4 e

revelam que nas dietas gerais dos moradores, existem proporções mínimas de alimentos locais tanto em tempos considerados de maior disponibilidade (Inverno/chuva), quanto como em tempos de escassez (Verão/seca).

Figura 4.



*A proporção refere-se à quantidade de alimentos oriundos da comunidade local (cultivos, criações, frutos do extrativismo) consumidos no domicílio, relativo à quantidade de alimentos oriundos de fora da comunidade.

**De forma geral, tempos de disponibilidade referem-se às épocas de abundância de chuvas para o plantio (Abril até Setembro), e tempos de escassez referem-se às épocas de escassez de chuvas (Outubro até Março). Na comunidade Serra do Abreu, os tempos de disponibilidade são muito infrequentes e irregulares, devidas às imprevisibilidades ambientais na região.

Fonte: Dados coletados a campo pela autora, 2017.

Observa-se que mesmo em épocas de maior disponibilidade de alimentos, a maioria dos moradores (Ipiranga: 68,1%; Caiana dos Crioulos: 51,9%; Serra do Abreu: 91,7%) declarou que menos que 25% do total de alimentos consumidos no domicílio é de origem local. Para mais, em épocas de escassez, cerca de 100% dos moradores no conjunto das comunidades declarou consumir menos que 25% de alimentos locais relativo ao consumo total. Foi relatado que o consumo local era maior em tempos anteriores, quando menos se podia comprar e mais se plantava por obrigação. Além das mudanças sociais que vão diminuindo práticas de agricultura e o consumo local, as entrevistas também revelaram que a diminuição das chuvas e as mudanças

ambientais têm afetado os padrões de consumo para um aumento de consumo de alimentos comprados e processados.

Frente às realidades que dificultam o plantio, foi registrado o interesse dos moradores em aumentar a sua produção e o consumo de alimentos locais, o que pode ser comprovado pela Tabela 4.

Tabela 4. Interesse em aumentar a produção de alimentos locais e presença de criação de animais em três comunidades quilombolas paraibanas (Ipiranga n=47; Caiana dos Crioulos n=54; Serra do Abreu n=12).

	Ipiranga (Mata Atlântica)		Caiana dos Crioulos (Agreste)		Serra do Abreu (Borborema)	
	n	%	n	%	n	%
Interesse em aumentar a produção e consumo de alimentos locais						
Sim	32	68,1	38	70,4	12	100
Não	9	19,1	15	27,8	-	-
Não sabe	6	12,8	1	1,8	-	-
Presença de criação de animais para consumo e/ou venda						
Sim	16	34,0	28	53,8	12	100
Não	31	66,0	24	46,2	-	-

Fonte: Dados coletados a campo pelo autor, 2017.

Cientes que o próprio consumo local é pouco relativo ao que poderia ser, a maioria dos moradores declararam ter interesse em aumentar a sua produção e consumo de alimentos locais (Ipiranga: 68,1%; Caiana dos Crioulos: 70,4%; Serra do Abreu: 100%). Os que responderam não ter interesse em aumentar a sua produção local justificaram que não era por falta de interesse em si de consumir alimentos locais, mas devido a fatores que impossibilitam a sua participação nas atividades de plantio, como idade e problemas de saúde.

A agricultura familiar é um integrante fundamental para a garantia da SAN no mundo inteiro. Numerosos estudos têm destacado as práticas de agroecologia na sua capacidade de providenciar condições de soberania alimentar para todos os integrantes de sistemas de produção e consumo^[30, 4]. Silva e Mira^[31] ressaltam a agricultura familiar como ferramenta para garantir a sobrevivência de famílias quilombolas na região semiárido de Alagoas, podendo contrariar os efeitos do isolamento geográfico e a falta de acesso econômico. O estudo apontou o potencial da agricultura familiar como fonte de geração de renda e veículo para o consumo de alimentos de

boa qualidade, além de fortalecer a identidade quilombola. Muitos programas e iniciativas de apoio à agricultura familiar têm demonstrado avanços quanto à situação de SAN para povos rurais, e continuam sendo um dos focos principais das agendas políticas atuais, incluindo para a SAN em comunidades quilombolas paraibanas^[20]. Apesar de tais incentivos teóricos, os resultados desta pesquisa demonstram uma falta de implementação na prática.

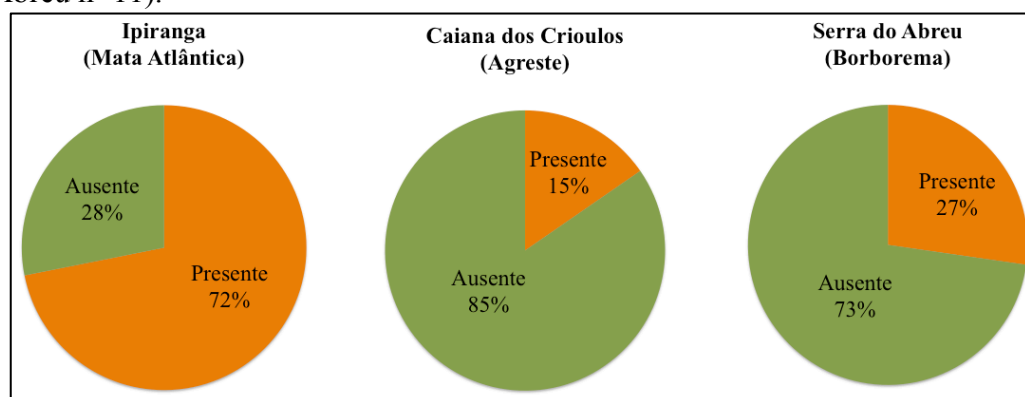
A criação de animais também é destacada como prática que contribui para a SAN e a soberania alimentar (Tabela 4). Das entrevistas realizadas na comunidade Serra do Abreu, 100% revelaram a presença de criação de animais para o consumo e/ou venda, sendo pela maioria a criação de galinha para o consumo de ovos, porco para consumo e venda, gado e bode para a produção de leite para consumo e venda, e em caso de necessidade, consumo ou venda de carne. Devido às condições de extrema seca que impossibilitam a prática de agricultura para subsistência significativa, os moradores em Serra do Abreu se concentram mais na produção da palma adaptada a seca para sustentar a criação de animais.

Sendo a comunidade Serra de Abreu constituída por uma maioria de famílias de baixa renda e escolaridade, com condições ineptas para a produção agrícola a grande escala, a criação de animais age como uma forma de garantir um mínimo de aporte nutricional na dieta dos moradores. O consumo de leite, queijo, ovos e carne oriundos de criações próprias fornecem a principal oferta de proteínas para a comunidade Serra do Abreu, sendo um fator que oportuniza um certo grau de soberania alimentar.

As criações nas comunidades Caiana dos Crioulos (53,8%) e Ipiranga (34,0%) são mais comumente de galinha, embora alguns moradores declararam criar gado. Muitos que declararam não criar animais em Ipiranga (66,0%) justificaram que antigamente criavam e deixaram quando os seus animais foram roubados. Frente a isto, pode-se considerar a proximidade urbana como fator que afeta a potencialidade para criação.

Considerando a contaminação por insumos químicos como outro fator que prejudica a soberania alimentar, foi registrada a presença de uso de produtos químicos nas entrevistas de moradores que declararam participar na atividade de plantio. A Figura 5 apresenta os resultados encontrados.

Figura 5.Uso de insumos químicos nas lavouras em três comunidades quilombolas paraibanas (Ipiranga n=32; Caiana dos Crioulos n=52; Serra do Abreu n=11).



Fonte: Dados coletados a campo pela autora, 2017.

Sendo a comunidade com maior prevalência de chuvas e também maior atividade de plantio, a comunidade Ipiranga é igualmente destacada pelo uso de produtos químicos nas lavouras. Dentre os moradores que declararam participar na atividade de plantar (n=32), 72% (n=23) declararam aplicar algum produto ou insumo químico nas plantações; os principais produtos mencionados foram larvicidas, formicidas, inseticidas e fertilizantes químicos. Foram destacados relatos dos moradores empregados nas fazendas da região que afirmaram aplicar produtos que não conhecem, por ser sob as ordens dos donos de terreno.

Dentre as declarações de uso de produtos químicos em todas as comunidades, todos afirmaram a ausência de ter completado alguma orientação técnica para o uso dos produtos, a ausência de fiscalização sobre o uso de produtos na comunidade ou exigência de receituário agrônomo pela compra das mesmas. Sabe-se dos efeitos danosos dos agrotóxicos sobre a qualidade dos alimentos assim como as consequências que o uso pode ter sobre a saúde humana e dos ecossistemas^[7]. Desta forma, a presença de agrotóxicos pode ser um fator que prejudica a qualidade dos alimentos disponíveis na comunidade e portanto a soberania dos moradores, principalmente nos casos onde os agrotóxicos estão aplicados contra a própria vontade dos moradores.

Com as transformações características de mudanças globais, a complexidade de fatores que afetam a soberania das comunidades quilombolas é refletida nas suas falas. Ao mesmo tempo de perceberem benefícios trazidos pela chegada da modernização, o acesso a um novo mercado de alimentos e benefícios de programas sociais, também relatam sofrer consequências adversas:

Mudou. Nos tempos atrás quando era criança, era muito difícil. Não podia comer carne e arroz todo dia. Antes ninguém tinha Bolsa Família, alias não tinha nada. Agora tem uma ajuda. Pior é nada. Antes o pessoal passava fome mesmo.

Mas agora se for carne, é no veneno. Se for verdura, é veneno. Tá tudo mundo doente. Essa ali da rua a gente não sabe o que tem. Não é como o que a gente cria em casa.

-Entrevista #64, Caiana dos Crioulos, 29 junho 2017, 56-65 anos

Hoje tem muitos agrotóxicos, tem mais galinha cheia de hormônio, tá tudo mais complicado. É a parte financeira dos empresários que só querem ganhar e não se preocupam da saúde do usuário. Também piorou em umas coisas e melhorou em outras... porque antes as pessoas não tinham condições... hoje tem condições, mas a as comidas não têm qualidade.

-Entrevista #106, Ipiranga, 22 junho 2017, 46-55 anos

Durante as entrevistas foram declaradas as vantagens trazidas pelo aumento de disponibilidade e acesso aos alimentos, e também as repercussões negativas sobre a saúde que vêm acompanhando as mudanças na composição alimentar:

Antigamente não se criava com as comidas que tem hoje. Tinha vontade, mas não tinha. Muita coisa agora é bom, e muita coisa é diferente.

As crianças hoje as vezes não querem comida... antes era mingau, leite de cabra ou de gado... Antes nem precisava de hospital.

-Entrevista#50, Caiana dos Crioulos, 14 junho 2017, 66-75 anos

Os moradores descreveram também a falta de autonomia sobre a qualidade dos alimentos disponíveis, e os inevitáveis efeitos adversos que isso tem sobre a sua saúde:

*Antigamente as coisas eram mais naturais. Hoje tem mais coisas industrializadas, e **mesmo que foge, agente não tem como fugir. Não tem como suprir.** É falta de tempo também. Até um tempo atrás eu não conhecia a linguiça... não se comia salsicha na minha casa, não servia para a gente antes. Piorou a alimentação. Aumentaram as condições para a pessoa ter variedade, mas antes era melhor em qualidade.*

-Entrevista #105, Ipiranga, 22 junho 2017, 46-55 anos.

Os dados apresentados descrevem muitos obstáculos para o alcance da soberania alimentar e do estado pleno de segurança alimentar nas comunidades estudadas, partindo da incapacidade de produzir alimentos de forma consistente, em terreno próprio, para o consumo próprio e com qualidade adequada. Destaca-se que cada comunidade enfrenta desafios específicos à produção de alimentos. Foram diagnosticados fatores climáticos, territoriais, sociais e políticos que afetam a disponibilidade e o acesso de alimentos de várias formas: mudanças climáticas que limitam as chuvas afetam comunidades como Serra do Abreu e Caiana dos Crioulos; conflitos com a delimitação dos territórios quilombolas fazem com que os moradores de Ipiranga e Caiana dos Crioulos não possuem área suficiente para plantar, ou área para produção própria; iniciativas políticas oferecem assistência social que criam uma dependência financeira perpétua dos moradores e impede de certa forma a sua autonomia alimentar.

CONCLUSÕES

O presente trabalho apresentou distintos fatores que podem afetar a disponibilidade e o acesso aos alimentos em comunidades quilombolas e, conseqüentemente, a situação de soberania alimentar. Por meio de exemplos das realidades específicas em três comunidades quilombolas no Estado da Paraíba, foram destacadas que as dimensões da insegurança alimentar são múltiplas, e que várias condições, tanto físico-ambientais, demográficas, socioeconômicas e políticas desafiaram a soberania alimentar dos quilombos paraibanos.

Com observações das entrevistas da pesquisa, relatou-se a percepção dos moradores quanto às transformações na composição e a qualidade da sua alimentação. Foi explorado o vínculo entre fatores da globalização social e econômica e as implicações para a produção agrícola e o consumo de alimentos locais. Os principais desafios à produção agrícola nas comunidades estudadas foram a falta de chuvas, falta de território, mudanças socioculturais e a perda de transmissão de conhecimentos tradicionais, que apresentam barreiras para a disponibilidade e o acesso dos alimentos. Os programas de transferência de renda como Bolsa Família foram caracterizados na medida que podem garantir acesso a quantidades maiores de alimentos para os beneficiários, mas também a potencialidade de limitar o acesso a alimentos de alta qualidade nutricional e induzir ao excesso de consumo de alimentos de baixa qualidade.

Foi constatado que a globalização pode agravar situações de insegurança alimentar em comunidades quilombolas. Mesmo que as transformações ambientais, sociais e econômicas sejam relacionados com a insegurança alimentar, no caso de todas as populações em transição nutricional de forma geral, é importante considerar as implicações específicas para comunidades em posição de vulnerabilidade como os quilombolas. Este estudo em três comunidades demonstrou o caráter da insegurança alimentar que difere segundo realidades e identidades específicas; uma constatação imprescindível para elaboração e implementação de políticas eficientes de SAN e de Soberania Alimentar para a inclusão de todas as comunidades quilombolas.

Enfim, devido a impossibilidade de reverter o processo contínuo da globalização em todas as suas esferas, sugere-se investigar rumos para usufruir dos mecanismos vantajosos do mundo globalizado para fortalecer a SAN nas comunidades tradicionais e quilombolas e encorajar a sua soberania. Tais iniciativas podem incluir a aplicação de comunicações tecnológicas para difundir e promover o conhecimento agroecológico, a criação de coletivos para a compra e venda de

alimentos locais ou então o fortalecimento de redes sociais e educacionais para a educação de práticas alimentares. Nesta perspectiva, é também essencial considerar a identidade específica das populações envolvidas, de forma a incentivar o protagonismo dos moradores para que atuem de forma autônoma para a sua própria segurança e soberania alimentar, e segundo a sua própria realidade.

REFERÊNCIAS

¹Jones AD, Ngure FM, Pelto G, Young SL. What are We Assessing when we Measure Food Security? A Compendium and Review of Current Metrics. *Advances in Nutrition: An International Review Journal*. 2013;4:481-505.

²Gordillo G, Jerónimo OM. Food Security and Sovereignty. Roma: FAO. 2013. p1-41. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Base Document for Discussion.

³Rosset P. Food Sovereignty: Global Rallying Cry of Farmer Movements. *First Food Backgrounder*. 2003; 9(4).

⁴Massicotte, MJ Feminist Political Ecology and La Via Campesina's Struggle for Food Sovereignty through the Experience of the Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA). In: Andrée P, Ayres J, Bosia MJ, Massicotte MJ (eds.) *Globalization and Food Sovereignty – Global and Local Change in the New Politics of Food*. Toronto: University of Toronto Press: 2014. p.255-286.

⁵Santos M Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record; 2000.

⁶Food and Agriculture Organization of the United Nations, International Fund for Agricultural Development, World Food Program. The State of Food Insecurity in the World 2015. Roma: FAO. 2015. p1-62. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress.

⁷Nolasco CL, Lahsen M, Ometto JPHB. Segurança Alimentar e Mudanças Ambientais Globais: uma análise no contexto da sociedade brasileira. *Sustentabilidade em Debate*. 2016; 7(1): 29-43.

⁸Stuckler D, Nestle M. Big Food, Food Systems and Global Health. *PLOS Medicine*. 2012; 9(6).

⁹Monteiro CA, Moubarac JC, Cannon G, Ng SW, Popkin B. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. *Obesity Reviews*. 2013;14(2):21-28.

¹⁰Pereira RA, Duffey KJ, Sichieri R, Popkin B. Sources of excessive saturated fat, trans fat and sugar consumption in Brazil: an analysis of the first Brazilian nationwide individual dietary survey. *Public Health Nutrition*. 2012;17(1):113-121.

-
- ¹¹Popkin B, Monteiro C, Swinburn B. Overview: Bellagio Conference on Program and Policy Options for Preventing Obesity in the Low- and Middle-Income Countries. *Obesity Reviews*.2013;14(2):1-8.
- ¹²Goryakin Y, Lobstein T, James WPT, Suhrcke M. The impact of economic, political and social globalization on overweight and obesity in the 56 low and middle-income countries. *Social Science & Medicine*,2015;133:67-76.
- ¹³Pinto, AR, Borges JC, Novo MP, Pires PS (org).Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados, Relatório MDS. Brasília: MDS; 2014. p1-214. Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate, Número 20. Brasília; 2014.
- ¹⁴Landim LASR, Caldas DRC, Malagães MJS, Oliveira FB, Souza IR, Nascimento JHSN, Gonçalves AS, Pazó SMRS. (In)Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidade Remanescente de Quilombolas Caixas-MA. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*. 2016;4:156-162.
- ¹⁵Monego ET, Peixoto MRG, Cordeiro MMC, Costa RM. Segurança alimentar de comunidades quilombolas do Tocantins. *Segurança alimentar e nutricional*. 2010;17(1):37-47.
- ¹⁶Silva GRJ, Garavello MEPE, Navas R, Nardoto GB, Mazzi EA, Martinelli LA. Transição agroalimentar em comunidades tradicionais rurais: o caso dos remanescentes de quilombo Kalunga – GO. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 2015;22(1):591-607.
- ¹⁷Costa MS. Mandioca é Comida de Quilombola? Representações e Práticas Alimentares em uma Comunidade Quilombola da Amazônia Brasileira. *Amazônica*. 2011;3(2):408-428.
- ¹⁸Brasil. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Balanço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012/2015. Brasília: CAISAN. 2014. p.1-120.
- ¹⁹ Brasil. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional PLANSAN 2016-2019. Brasília: CAISAN, MDSA. 2017. p.1-82.
- ²⁰Brasil. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba. Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba 2016/2019: Avanços e Desafios. João Pessoa: CAISAN-PB. 2017. p.1-120.
- ²¹Amaral AR, Basso D. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica. *Colóquio-Revista do Desenvolvimento Regional*. 2016;13(1):181-200.
- ²² Brasil. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional. Brasília: FAO. 2014. p.1-81.

²³Banal, A “A Via Crucis” das comunidades quilombolas no Brasil e na Paraíba. In: Banal A, Fortes MEP (org). Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro. João Pessoa: Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-Descendentes da Paraíba: 2013. p. 18-43.

²⁴ Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº466/2012. Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. [Internet]. Diário Oficial da União; 12 dez 2012[citado em 2016 jan 25]. Disponível em:< <http://conselho.saude.gov.br/resolu-coes/2012/Reso466.pdf>>.

²⁵Limeira RC. Variabilidade e tendência das chuvas no Estado da Paraíba [dissertação]. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande; 2008. 122 p.

²⁶Francisco PRM, Santos D, Lima ERVL. Mapeamento do Potencial Pedrocimática da cultura do Milho (*Zeamays L.*) para o Estado da Paraíba utilizando geotecnologias. Revista Brasileira de Agricultura Irrigada. 2016;10(6):1023-1037.

²⁷Kennedy G, Nantel G, Shetty P. Globalization of food systems in developing countries: a synthesis of country case studies. In: Food and Agriculture Organization of the United Nations (org.) Globalization of food systems in developing countries: impact on food security and nutrition. Roma: FAO; 2004.

²⁸Silva EKP, Medeiros DS, Martins PC, Sousa LA, Rêgo MAS, Silva TO *et al.* Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? Cadernos de Saúde Pública. 2017;33(4):1-14.

²⁹Nascimento EC, Cruz BEV, Calvi MF, Carvalho JPL, Reis CC, Gomes DL. A influência do Programa Bolsa Família nas práticas alimentares das famílias do Território do Marajó, Pará, Brasil. Scientia Plena. 2016; 12(6): 1-11.

³⁰Andrée P, Ayres J, Bosia J, Massicotte MJ Food Sovereignty and Globalization: Lines of Inquiry. In:Andrée P, Ayres J, Bosia J, Massicotte MJ (Eds.) Globalization and Food Soverignty: Global and Local Change in the New Politics of Food. Toronto: University of Toronto Press; 2014. p. 23-52.

³¹Silva WA, Mira F. Agricultura Familiar e Segurança Alimentar em Comunidades Quilombolas do Semiárido Alagoano. Revista GeoSertões. 2016;1(2):60-80.

5 DISCUSSÃO GERAL

5.1 Insegurança Alimentar em Quilombos da Paraíba: determinantes comuns e realidades específicas

Os resultados apresentados nesta pesquisa indicam uma multiplicidade de fatores vinculados à insegurança alimentar e a falta de soberania alimentar nas comunidades quilombolas estudadas. Em cada comunidade, circunstâncias específicas influenciam os padrões de consumo que minimizam a utilização de recursos locais para atender as necessidades alimentares dos moradores, consequentemente comprometendo a preservação das tradições quilombolas. Existe também uma certa percepção por parte dos moradores que são incapazes de se manifestarem para exigir a garantia dos seus direitos territoriais, culturais e para acesso a uma alimentação adequada.

Embora localizados no mesmo Estado e na mesma região do país, as três comunidades de pesquisa apresentam realidades diferentes quanto aos desafios para garantir o acesso às condições para uma alimentação soberana e adequada. A comunidade Ipiranga é dificultada por restrições territoriais, apesar de condições climáticas favoráveis para produção agrícola em quantidades suficientes para consumo e venda. Além disso, apesar de não sofrer as consequências do isolamento geográfico, a proximidade da comunidade Ipiranga ao meio urbano pode estar relacionada à diminuição de práticas agrícolas e às mudanças para o aumento de consumo de alimentos de baixo teor nutricional. Em regiões mais afastadas dos centros urbanos, as comunidades Caiana dos Crioulos e Serra do Abreu enfrentam outros obstáculos à soberania alimentar, como condições ambientais inadequadas para sustentar uma produção agrícola suficiente para venda e consumo durante o ano inteiro.

As condições específicas em cada comunidade são importantes para a implementação de ações afirmativas para garantir os direitos dos moradores. Juntamente com a importância de considerar particularidades nas comunidades, também faz-se relevante a identificação de desafios comuns que impedem o alcance dos direitos nas três comunidades de estudo, assim como em comunidades quilombolas de forma geral. Neste sentido, consideram-se dois motores principais às

situações de insegurança alimentar constatadas nas comunidades estudadas: o caráter da gestão pública quanto à SAN e o reconhecimento de comunidades e terras quilombolas, combinado com pressões da globalização social, econômica e cultural.

Primeiro, destaca-se que, apesar da existência do direito constitucional das comunidades quilombolas ao território e à preservação cultural, o poder público requer que tais grupos populacionais cumpram com um processo de titulação cujas imposições e exigências são inacessíveis e inatingíveis para a maioria das comunidades. Numa entrevista publicada pelo CONSEA, a Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ) discute o vínculo direto entre o racismo institucional e a insegurança alimentar em populações quilombolas. Essa coordenação afirma que um direito constitucional, como o direito ao território, não pode ser garantido “por uma instituição que pode mudar radicalmente a cada quatro anos e que também não reúne as condições técnicas para efetivar determinadas políticas” (BRASIL, 2017d). Sendo um principal empecilho para acesso territorial, o desafio para obter a titulação oficializada pelo INCRA impede consequentemente as condições para garantir o direito humano à alimentação adequada nestas comunidades.

Das 39 comunidades certificadas no Estado da Paraíba, os registros mais recentes (BRASIL, 2016b) indicam que apenas quatro processos de demarcação têm chegado à etapa de decreto precedente a titulação oficial, pelo qual os moradores ainda estão aguardando. No caso das três comunidades estudadas, não há perspectiva para obtenção da titulação territorial num futuro próximo, já indicando a existência de barreiras institucionais para a melhoria das condições de vida dos moradores. Isto ilustra a influência inegável da política sobre a situação de segurança alimentar e nutricional da população quilombola.

Considerando-se uma situação onde a gestão pública não favorece o desenvolvimento sustentável para populações quilombolas, já predispostos a baixa renda e escolaridade, fatores da globalização agem como segundo motor geral contra a SAN e a soberania alimentar. Uma vez que o perfil demográfico e socioeconômico destas comunidades limita as suas opções alimentares, o mercado alimentar atual não oferece possibilidades para a manutenção de uma alimentação adequada nelas. Já com barreiras políticas para tomar autonomia na aquisição de alimentos, a única

alternativa para os moradores encontra-se na procura de alimentos pelos quais possuem condições de adquirir. Esses alimentos em sua maioria são oriundos de um sistema de produção industrializado, gerado por um mercado global que objetiva o lucro e a venda máxima do produto. Acrescentado com elementos da globalização da cultura, todas as comunidades estudadas enfrentam as pressões da modernidade, fazendo com que pratiquem cada vez menos certas práticas tradicionais de produção e preparo de alimentos, diluindo assim a sua identidade e distanciando ao seu próprio alcance da autonomia para atingir melhores condições de vida.

Tais efeitos adversos da globalização podem ser acrescentados ou minimizados, dependendo de ações e iniciativas implementadas e dos atores envolvidos. No contexto de esforços mundiais para o combate à pobreza (quais sejam econômicos, culturais, sociais, educacionais ou relacionados à saúde) em populações rurais e agrícolas, assim como populações em situação de vulnerabilidade específica, é comprovado que sem a participação dos próprios moradores nas estratégias de desenvolvimento, não há melhoria sustentável nas suas condições de vida (SHIFERAW e BANTILAN, 2004). Com a falta de autonomia dos atores locais, perpetua-se um “espiral descendente” de pobreza, caracterizado pela retroalimentação de condições de baixa qualidade de vida, saúde precária e degradação ambiental (STRASSER, 2003; MURRAY, 2006). Neste sentido, quanto mais as estratégias políticas se desvinculam da realidade específica do beneficiário, menos atinge o objetivo de redução de pobreza e menos gera autonomia para a população alvo. Um exemplo clássico onde as tentativas para o desenvolvimento social e econômico agravaram a pobreza é a realidade do Haiti, onde numerosas organizações internacionais implementaram iniciativas humanitárias de forma desvinculada às realidades culturais e às necessidades específicas da população, resultando em situações amplificadas de instabilidade política e a não durabilidade dos programas assistenciais (BUSS e GARDNER, 2005)

5.2 Estratégias, recomendações e perspectivas futuras

O raciocínio de retroalimentação da pobreza e da insegurança alimentar pode ser considerado no caso das comunidades quilombolas, uma vez que programas de assistência social direcionadas a elas não favorecem a preservação cultural e identitária destes povos. Um exemplo observado nesta pesquisa deu-se em relação aos programas de transferência de renda. Quando um programa de transferência de renda faz com que uma família quilombola opte por se alimentar principalmente de produtos industrializados em vez de engajá-la na atividade do plantio para consumo próprio, cria-se um cenário onde as forças políticas e o mercado global de alimentos estão atuando contra o direito à alimentação adequada dela. Em contrapartida, as iniciativas que procuram envolver os moradores para participar no fortalecimento da agricultura familiar, sendo uma atividade que já faz parte da herança cultural quilombola, o morador se apropria da sua capacidade a se auto-auxiliar. Desta forma, observou-se que os programas de transferência de renda, nas realidades quilombolas estudadas, contribuem para agravar o quadro de insegurança nutricional, uma vez que as comunidades consomem alimentos mas os mesmos não possuem qualidade nutricional apropriadas e recomendadas para uma dieta saudável. Nessa perspectiva, tão importante quanto a implantação dos programas de transferência de renda é o acompanhamento e aconselhamento constantes nas rotinas dessas comunidades, para que o consumo de alimentos não só aumente em quantidade, mas que seja acompanhado de qualidade em termos nutricionais.

A soberania alimentar e o direito à alimentação adequada não podem ser atingidas por meios que desvinculam a alimentação das origens e raízes culturais dos afrodescendentes, e que não procuram envolver e protagonizar os moradores quilombolas no seu próprio caminho à Soberania e à Segurança Alimentar e Nutricional.

Como então garantir a autonomia das comunidades quilombolas numa realidade globalizada, e assegurar o direito à alimentação no contexto onde as instituições públicas dificultam a soberania fundiária e um sistema agroalimentar impõe padrões de consumo que desfavorecem a SAN? Trata-se não de lutar contra as forças globais, mais transformá-las em potencialidades para orientar um desenvolvimento local e

participativo. Neste sentido, uma certa utilização das influências do sistema global podem ser aplicadas de formas inovadoras para protagonizar os moradores quilombolas na gestão das suas próprias condições de vida.

Abordagens de desenvolvimento rural sustentável implicam na implementação de iniciativas de valorização de recursos locais, pelos mesmos moradores de uma determinada população (SHIFERAW e BANTILAN, 2004). Uma abordagem participativa de atuação a escala *local* que mantém uma certa consciência e um pensamento *global* é considerado como alternativa à implementação de políticas desenhadas fora do contexto da população em questão. No caso das comunidades quilombolas, é necessário que os moradores sejam protagonistas na implementação e no monitoramento das iniciativas de SAN direcionadas a elas.

Um exemplo na própria Paraíba que comprova a potencialidade de atuar a nível local com pensamento global é o caso da comunidade quilombola Senhor do Bomfim, no município de Areia, brejo paraibano, que recentemente foi destacado pelo Centro de Excelência Contra a Fome, do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2017). Considerado um dos quilombos que mais tem lutado para os seus direitos territoriais na Paraíba, a comunidade Bomfim tem fortalecido de forma considerável a produção de agricultura familiar desde o reconhecimento da comunidade. Numa reportagem produzida pelas Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2017), destaca-se que a garantia de território, a qual está em tramitação para oficialização pelo INCRA, tem possibilitado uma transformação na condição de segurança alimentar dos moradores. Os moradores se organizaram para providenciar produtos da agricultura familiar a outras comunidades e municípios, e participam de parcerias para a distribuição dos alimentos produzidos na comunidade. Além da geração de trabalho e renda, criaram-se também um orgulho de ser produtor agrícola quilombola, e um sentimento de solidariedade para apoiar a outras comunidades na Paraíba, o que levou essas ações até o reconhecimento internacional. Este reconhecimento potencializa aumentar a visibilidade para comunidades quilombolas e a importância da titulação territorial para as condições de vida nelas. Neste caso, foram autovalorizados os conhecimentos tradicionais da comunidade Bomfim, herdados dos seus antepassados e aplicados a nível local, em conjunto com

uma consciência mais ampla e global pela promoção de direitos para comunidades quilombolas no Estado e no país inteiro.

6 CONCLUSÃO

A hipótese desta pesquisa foi aceita, ou seja, os efeitos da globalização exercem influencia negativa nas comunidades quilombolas quando trata-se de segurança alimentar e nutricional.

De posse dos resultados obtidos, foi demonstrado que a insegurança alimentar nas comunidades quilombolas estudadas é de caráter multidimensional, e é determinada por uma variedade de fatores, tanto ambientais, políticos, territoriais, sociais e culturais.

Além disso, os determinantes da insegurança alimentar constatados nesta pesquisa atuam nas escalas global, regional e local, sendo que as três comunidades estudadas afrontam desafios comuns e específicos.

Os efeitos da globalização atingem as três comunidades estudadas. A representação disso em relação aos hábitos alimentares foi comprovado pela presença maciça de produtos industrializados em detrimento a alimentos saudáveis. Esse quadro foi considerado agravante das condições de insegurança nutricional nas três comunidades estudadas.

As condições de insegurança alimentar nas comunidades pesquisadas são associadas à falta de soberania alimentar, e sugere-se a exploração de iniciativas que protagonizem os moradores para o fortalecimento da agricultura familiar, a promoção de atividades de geração de renda baseadas nos alimentos locais, o empoderamento identitário e a valorização das suas próprias tradições, usufruindo tanto de saberes e recursos locais como de perspectivas e inovações de uma sociedade global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A.R. e BASSO, D. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, 13(1): 181-200, jan/jun 2016. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/386/324>

AMUNA, P. e ZOTOR, F.B. Epidemiological and nutrition transition in developing countries: impact on human health and development. **The Proceedings of the Nutrition Society**, 67(1): 82-90, Feb. 2008.

ARRUTI, J. M. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: EDUSC, 2006. 368p.

BANAL, A. “A Via Crucis” das comunidades quilombolas no Brasil e na Paraíba. In: BANAL, A. e FORTES, M.E.P. (orgs). **Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro**. Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-Descendentes da Paraíba: João Pessoa, 2013. p. 18-43.

BRASIL. Lei nº11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 18 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome; Secretaria da Avaliação e Gestão da Informação. Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados. **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, 2014b.

_____. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional**. Relatório 2014. Brasília, 2014c. Disponível em: https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf

_____. Ministério da Saúde; Secretaria da Atenção a Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2ª edição. Brasília, 2014d. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº466/2012. **Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196.** [Internet]. Diário Oficial da União. 12 dez. 2012. Disponível em:< <http://conselho.saude.gov.br/resolu-coes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso 25 jan.2016.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária: Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ). **Andamento dos processos: quadro geral.** Setembro 2016b. Disponível em:
http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estruturafundiaria/quilombolas/andamento_dos_processos_pdf.pdf
Acesso 07 dezembro 2017.

_____. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's)**, 2017a. Disponível em:
<http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional PLANSAN 2016-2019.** Brasília, Fevereiro 2017b. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/plansan_2016_19.pdf

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária: Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ). **Regularização de Território Quilombola: Perguntas e Respostas.** Abril 2017c. Disponível em:
<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>
Acesso 07 dezembro 2017.

_____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Givânia Maria: “A pobreza, a fome e a desnutrição têm rosto e cor”.** Comunicação; entrevistas 2017. Novembro 2017d. Disponível em:
<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/entrevistas/2017/givania-maria-201ca-pobreza-a-fome-e-a-desnutricao-tem-rosto-e-cor201d/view>
Acesso 07 dezembro 2017.

CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional). **Balanco das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012/2015.** Brasília, 2014. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/balanco_caisan_2012_2015.pdf

CALHEIROS, F.P. e STADTLER, H.H.C. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. **Revista Katálysis Florianópolis**, 13(1): 133-139, 2010.

Disponível

em:

<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/16.pdf>

CARVALHO, A. e SILVA, D. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuacu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. **Interface: Comunicação Saúde Educação**, Botucatu, 18(50): 521, 2014.

CASTELLS, M. **The information Age: Economy, Society and Culture, The Power of Identity**. Wiley, 1997, 461 p.

CFS (Committee on World Food Security). 2012. Coming to Terms with Terminology: Food Security, Nutrition Security, Food Security and Nutrition, Food and Nutrition Security. Roma, CFS 2012/39/4. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/meeting/026/MD776E.pdf>

COSTA, M.S. Mandioca é Comida de Quilombola? Representações e Práticas Alimentares em uma Comunidade Quilombola da Amazônia Brasileira. **Amazônica**, 3(2): 408-428, 2011. 21 p.

COUNCIL OF CANADIAN ACADEMIES, 2014. Aboriginal Food Security in Canada: An Assessment of the State of Knowledge. The Expert Panel on the State of Knowledge of Food Security in Northern Canada. Ottawa, Canada, 2014, 296 p. Disponível em: http://www.scienceadvice.ca/uploads/eng/assessments%20and%20publications%20and%20news%20releases/food%20security/foodsecurity_fullreporten.pdf

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 1996. Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação. World Food Summit, Roma. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/W3613P/W3613P00.HTM>

_____. 2008. An Introduction to the Basic Concepts of Food Security. Food Security Concepts and Frameworks. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/al936e/al936e00.pdf>

_____. 2013. Food Security and Sovereignty: Base Document for Discussion. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-ax736e.pdf>

_____. 2014. *Panorama of Food and Nutritional Security in Latin America and the Caribbean 2014. Millenium Development Goals: The region has acheived the hunger target*. Santiago, Regional Office for Latin America and the Carribean. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4018e.pdf>

_____. 2015. *2015 Regional Overview of Food Insecurity Latin America and the Caribbean: The region has reached the international hunger targets*. Santiago, Regional Office for Latin America and the Carribean. Disponível em:

<http://www.fao.org/3/a-i4636e.pdf>

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) and PAHO (Pan American Health Organization). 2016. *2016 Latin America and the Caribbean Panorama of Food and Nutritional Security: Healthy food systems to end hunger and malnutrition*. Santiago, Regional Office for Latin America and the Caribbean. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6977e.pdf>

_____. 2017. *2017 Panorama of Food and Nutritional Security in Latin America and the Caribbean*. Santiago, Regional Office for Latin America and the Caribbean. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/rlc/docs/panorama2017/PANORAMA_2017_EN.pdf

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), IFAD (International Fund for Agricultural Development) and WFP (World Food Program). 2014. *The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Rome, FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>

_____. 2015. *The State of Food Insecurity in the World 2015. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress*. Rome, FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf>

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2017. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2017. Building resilience for peace and food security*. Rome, FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-l7695e.pdf>

FORTES, M.E.P. e LUCCHESI, F. Comunidades quilombolas na Paraíba. In: BANAL, A. e FORTES, M.E.P. (orgs). **Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro**. Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-Descendentes da Paraíba: João Pessoa, 2013. p. 44-63.

FREITAS, D. A.; SILVEIRA, J. C. M.; FERREIRA, L.A.; ZUCCHI, P.; MARQUES, A.M. Mulheres Quilombolas: Profissionais na estratégia de saúde da família. **Espaço para a Saúde**, Londrina, 12(2): 56-62, jun. 2011.

FURTADO, M.B.; SUCUPIRA, R.L.; ALVES, C.B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, 26(1): 106-115, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100012

GORYAKIN, Y., LOBSTEIN, T., JAMES, W.P.T. e SUHRCKE, M. The impact of economic, political and social globalization on overweight and obesity in the 56 low and middle income countries. **Social Science & Medicine**, 133: 67-76, 2015.

GUAHNÓN, M.P. Segurança alimentar e nutricional no contexto das comunidades tradicionais: o caso do Quilombo da Casca, Rio Grande do Sul, Brasil. 2015. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:
<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/127934>

JONES, A.D.; NGURE, F.M.; PELTO, G.; YOUNG, S.L. What Are We Assessing When We Measure Food Security? A Compendium and Review of Current Metrics. **Advances in Nutrition: An International Review Journal**, Adv. Nutr. 4: 481–505, 2013. Disponível em:
http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/meetings_and_workshops/cfs40/001_What_Are_We_Assessing_When_We_Measure_Food_Security.pdf

KEPPLE, A.W. e SEGALL-CORREA, A.M. Conceituando e medindo a segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, Campinas, 16(1): 187-199, 2011. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/48171913_Conceituando_e_medindo_seguranca_alimentar_e_nutricional

LANDIM, L.A.S.R.; CALDAS, D.R.C.; MAGALHÃES, M.J.S.; OLIVEIRA, F.B.; SOUZA, I.R.; NASCIMENTO, J.H.S.N.; GONÇALVES, A.S.; PAZÓ, S.M.R.S. (In)Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidade Remanescente de Quilombolas Caixas-MA. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 4: 156-162, 2016. Disponível em:
http://acervosaud.dominiotemporario.com/doc/S-16_2016.pdf

MARQUES, C.E. De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 52(1): 339-374, 2009. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27338>

MASSICOTTE, M-J. Feminist Political Ecology and La Via Campesina's Struggle for Food Sovereignty through the Experience of the Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA). In: ANDRÉE, P.; AYRES, J.; BOSIA, M.J.; MASSICOTTE, M-J. (Eds.). **Globalization and Food Sovereignty – Global and Local Change in the New Politics of Food**. University of Toronto Press: Toronto, 2014. p. 255-286.

MEDEIROS, A.C.; LIMA, V. L. A.; SILVA, A.S. Perfil das comunidades quilombolas Paraibanas: Índice de vulnerabilidade socioeconômica e ecológica para o desenvolvimento sustentável local – ISE. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, Vol 2, 2014, João Pessoa. Eixo Temático ET-01-007- Gestão Ambiental.

MONEGO, E.T.; PEIXOTO, M.R.G.; CORDEIRO, M.M.C.; COSTA, R.M. Segurança alimentar de comunidades quilombolas do Tocantins. **Segurança alimentar e nutricional**, Campinas, 17(1): 37-47, 2010.

MONTEIRO, C.A.; MOUBARAC, J-C.; CANNON, G.; NG, S.W.; POPKIN, B. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. **Obesity Reviews**. 14(2): 21-28, 2013.

MONTEIRO, C.A.; CANNON, G.; LEVY, R.B.; MOUBARAC, J-C.; JAIME, P.; MARTINS, A.P.; CANELLA, D.; LOUZADA, M.L.; PARRA, D. NOVA. The star shines bright. [Food classification. Public health]. **World Nutrition**, 7(1-3): 28-38, janeiro/março 2016.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). VÍDEO: produção agrícola garante sustento de quilombolas na Paraíba. Novembro, 2017. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/video-producao-agricola-garante-sustento-de-quilombolas-na-paraiba/>

Acesso 07 dezembro 2017.

NATIONAL COLLABORATING CENTER FOR ABORIGINAL HEALTH. 2012. *The State of Knowledge of Aboriginal Health: A Review of Aboriginal Public Health in Canada*. Prince George, BC, Canada, 2012. Disponível em:

<https://www.ccsa-nccah.ca/docs/context/RPT-StateKnowledgeReview-EN.pdf>

NÓBREGA, J. E. **Comunidade Talhado – Um grupo étnico de remanescente Quilombola: uma identidade construída de fora?** 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual da Paraíba, Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. Campina Grande.

NOLASCO, C. L.; LAHSEN, M.; OMETTO, J.P.H.B. Segurança Alimentar e Mudanças Ambientais Globais: uma análise no contexto da sociedade brasileira. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, 7(1): 29-43, jan/abr 2016. Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/16749/13387>

OLIVEIRA, O.M. Introdução: Direitos dos Quilombos e deveres de Estado. In: OLIVEIRA, O.M. (org). **Direitos quilombolas e dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Associação Brasileira de Antropologia: Rio de Janeiro, 2016. p. 9-26.

OLIVEIRA, O.M. e MULLER, C.B. Direitos Quilombolas: Identidade, Práticas Culturais e Território. In: OLIVEIRA, O.M. (org). **Direitos quilombolas e dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Associação Brasileira de Antropologia: Rio de Janeiro, 2016. p. 315-326.

PEREIRA, R.A.; DUFFEY, K.J.; SICHIERI, R.; POPKIN, B. Sources of excessive saturated fat, trans fat and sugar consumption in Brazil: an analysis of the first Brazilian nationwide individual dietary survey. **Public Health Nutrition**, 17(1): 113-121, 2012.

POPKIN, B.; MONTEIRO, C.; SWINBURN, B. Overview: Bellagio Conference on Program and Policy Options for Preventing Obesity in the Low- and Middle-Income Countries. **Obesity Reviews**. 14(2): 1-8, 2013.

READING, C.L. e WEIN, F. Health Inequalities and Social Determinants of Aboriginal People's Health. National Collaborating Centre for Aboriginal Health, University of British Columbia, Prince George, BC, Canada. 2009. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.476.3081&rep=rep1&type=pdf>

ROSSET, P. Food Sovereignty: Global Rallying Cry of Farmer Movements. **First Food Backgrounder**, 9(4), 2003. Disponível em: https://foodfirst.org/wp-content/uploads/2013/12/BK9_4-Fall-2003-Vol-9-4-Food-Sovereignty.pdf

SÁ, M.L.B. **Saberes e práticas alimentares em uma comunidade quilombola no Ceará**. 2010. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SEN, A. **Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation**. Oxford University Press, 1981, 257p. Disponível em: http://staging.ilo.org/public/libdoc/ilo/1981/81B09_608_engl.pdf

SILVA, E.K.P.; MEDEIROS, D.S.; MARTINS, P.C.; SOUSA, L.A.; LIMA, G.P.; RÊGO, M.A.S.; SILVA, T.O.; FREIRE, A.S.; SILVA, F.M. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? **Cadernos de Saúde Pública**, 33(4), 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v33n4/1678-4464-csp-33-04-e00005716.pdf>

SMYTHE, E. Food Sovereignty, Trade Rules, and the Struggle to Know the Origins of Food. In: ANDRÉE, P.; AYRES, J.; BOSIA, M.J.; MASSICOTTE, M.-J. (Eds.). **Globalization and Food Sovereignty – Global and Local Change in the New Politics of Food**. University of Toronto Press: Toronto, 2014. p. 288-318.

SHIFERAW, B. e BANTILAN, C. Poverty and natural resource management in less favored environments: Revisiting challenges and conceptual issues. **Food, Agriculture & Environment**, 2(1):328-339, 2004. Disponível em: http://oar.icrisat.org/1278/1/FoodAgricEnviron2_1_328-339_2004.pdf

STRASSER, R. Rural Health around the world: challenges and solutions. **Family Practice**, 20(4): 457-463, 2003. Disponível em: <https://academic.oup.com/fampra/article/20/4/457/625248>

STUCKLER, D. e NESTLE, M. Big Food, Food Systems and Global Health. **PLOS Medicine**, 9(6): 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA

**ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM MORADORES
DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA PARAÍBA**

Bloco 1 – DADOS DEMOGRÁFICOS

Questão 1 - Qual seu nome completo?

Questão 2. Qual a sua naturalidade?

Cidade: _____ Estado: _____

Questão 3. Qual seu gênero?

☐ Feminino ☐ Masculino

Questão 4. Qual a sua faixa etária?

☐ 15 a 25 ☐ 26 a 35 ☐ 36 a 45 ☐ 46 a 55
☐ 56 a 65 ☐ 66 a 75 ☐ 76 a 85 ☐ 86 anos ou mais

Questão 5. Qual o seu estado civil?

☐ Casada (o) ☐ Solteira (o) ☐ Divorciada (o)
☐ Viúva (o) ☐ Outros

Questão 6. Qual o seu nível de escolaridade?

☐ Não estudou ☐ 1º grau completo ☐ 1º grau incompleto
☐ 2º grau completo ☐ 2º grau incompleto ☐ Nível superior

Questão 7. Qual a sua renda familiar?

☐ até 1 salário mínimo
☐ de 2 a 4 salários mínimos ☐ de 5 a 7 salários mínimos
☐ de 8 a 10 salários mínimos ☐ 11 salários mínimos ou mais

Questão 8. Você é o (a) provedor (a) da casa? ☐ Sim ☐ Não

Questão 9. Quantas pessoas moram em sua residência?

☐ até duas pessoas ☐ entre 3 e 4 pessoas
☐ entre 5 e 6 pessoas ☐ 7 ou mais pessoas

Questão 10. Quantas pessoas entre 6 e 18 anos moram em sua residência?

- () nenhum () 1
() 2 () 3
() 4 () 5 ou mais

Questão 11. Quantas pessoas menores de 5 anos moram em sua residência?

- () nenhum () 1
() 2 () 3
() 4 () 5 ou mais

Bloco 2 – PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS

Questão 12.

Em que medida você concorda com os seguintes enunciados (1 a 5, onde 1=em total acordo, e 5=em total desacordo)

Enunciados	Nota (1 a 5)
Todos na minha casa comem o suficiente todos os dias	
Alguns na minha casa não comem o suficiente uma vez por dia	
Alguns na minha casa não comem o suficiente uma vez por semana	
Alguns na minha casa não comem o suficiente todos os dias	
Todos na minha casa não comem o suficiente uma vez por dia	
Todos na minha casa não comem o suficiente uma vez por semana	
Todos na minha casa não comem o suficiente todos os dias	

Questão 13.

No geral, quantas refeições/lanches você e a sua família fazem por dia?

- () nenhuma () 1
() 2 () 3
() 4 ou mais

Questão 14. Quais são os cinco principais alimentos encontrados no café-da-manhã da sua casa?

- () frutas () cuscuz
() pão () ovo
() bolo () tapioca

() carnes () arroz
 () restantes () outros _____

Questão 15. Quais são os cinco principais alimentos encontrados no almoço da sua casa?

() arroz	() macaxeira	() verduras Quais _____
() feijão preto ou marrom	() carne bovina	() legumes Quais _____
() feijão verde	() carne de bode	() ovo
() batata doce	() carne de frango	() farofa ou farinha
() inhame ou cará	() carne de peixe	() outro _____

Questão 16. Quais são os cinco principais alimentos encontrados no jantar da sua casa?

() arroz	() macaxeira	() verduras Quais _____
() feijão preto ou marrom	() carnes	() legumes Quais _____
() feijão verde	() cuscuz	() frutas Quais _____
() batata doce	() tapioca	() farofa ou farinha
() inhame ou cará	() ovo	() outro _____

Questão 17. Liste, em ordem decrescente, quais são as sete principais **frutas** consumidas em sua casa e se elas existem ou são cultivadas na sua comunidade.

Principais Frutas Consumidas	São encontradas na comunidade
() _____	() sim () não
() _____	() sim () não
() _____	() sim () não
() _____	() sim () não
() _____	() sim () não
() _____	() sim () não
() _____	() sim () não

Questão 18. Essas frutas são adquiridas em sua maior parte de que forma? Marcar apenas uma opção.

- () Produção própria (horta/agricultura familiar)
- () Extrativismo
- () Adquiridas em feiras livres
- () Adquiridas em pequenos mercados locais
- () Adquiridas em grandes supermercados nos centros urbanos
- () Outra _____

Questão 19. Qual é a frequência de consumo dessas frutas por crianças e adultos na sua casa, independentemente de onde foram adquiridas?

*Considerar criança pessoas com idade até 12 anos incompletos.

Nota	Frequência do consumo de Frutas	Adultos	Crianças
1	Sempre, varias vezes por dia		
2	Muito, uma vez por dia, todos os dias		
3	Bastante, uma vez a cada 2 dias		
4	Bastante, uma vez a cada 3 dias		
5	Moderadamente, uma vez a cada 4 dias		
6	Moderadamente, uma vez a cada 5 dias		
7	Pouco, uma vez por semana		
8	Pouco, uma vez por mês		
9	Muito raramente, menos que uma vez por mês		
10	Nunca é consumido		

Questão 20. Liste, em ordem decrescente, quais são as sete principais **verduras e/ou legumes** encontrados na sua comunidade e se elas existem ou são cultivadas na sua comunidade.

Principais Verduras/ Legumes São encontradas na comunidade

Consumidos

- | | | |
|-----------|---------|---------|
| () _____ | () sim | () não |
| () _____ | () sim | () não |
| () _____ | () sim | () não |
| () _____ | () sim | () não |
| () _____ | () sim | () não |
| () _____ | () sim | () não |

() _____

() sim () não

Questão 21. Essas verduras e/ou legumes são adquiridos em sua maior parte de que forma? Marcar apenas uma opção.

() Produção própria (horta/agricultura familiar)

() Extrativismo

() Adquiridas em feiras livres

() Adquiridas em pequenos mercados locais

() Adquiridas em grandes supermercados nos centros urbanos

() Outra _____

Questão 22. Qual é a frequência de consumo dessas verduras e/ou legumes por crianças e adultos na sua casa, independentemente de onde foram adquiridos?

*Considerar criança pessoas com idade até 12 anos incompletos.

Nota	Frequência do consumo de verduras e/ou legumes	Adultos	Crianças
1	Sempre, varias vezes por dia		
2	Muito, uma vez por dia, todos os dias		
3	Bastante, uma vez a cada 2 dias		
4	Bastante, uma vez a cada 3 dias		
5	Moderadamente, uma vez a cada 4 dias		
6	Moderadamente, uma vez a cada 5 dias		
7	Pouco, uma vez por semana		
8	Pouco, uma vez por mês		
9	Muito raramente, menos que uma vez por mês		
10	Nunca é consumido		

Questão 23. Liste, em ordem decrescente, quais são as cinco principais **plantas medicinais e/ou produtos florestais** consumidas na sua casa e para que são usadas.

Planta

Uso

(_____) _____

(_____) _____

- () Enlatados
- () Creme de leite e/ou leite condensado
- () Outros _____

Questão 24. Os produtos listados acima são consumidos na sua casa por adultos e por crianças?

- () sim () não

Em caso negativo, quais deles não são consumidos por crianças?

Questão 25. Qual é a frequência de consumo desses alimentos processados por crianças e adultos na sua casa?

*Considerar criança pessoas com idade até 12 anos incompletos.

Nota	Frequência do consumo de alimentos processados	Adultos	Crianças
1	Sempre, várias vezes por dia		
2	Muito, uma vez por dia, todos os dias		
3	Bastante, uma vez a cada 2 dias		
4	Bastante, uma vez a cada 3 dias		
5	Moderadamente, uma vez a cada 4 dias		
6	Moderadamente, uma vez a cada 5 dias		
7	Pouco, uma vez por semana		
8	Pouco, uma vez por mês		
9	Muito raramente, menos que uma vez por mês		
10	Nunca é consumido		

Questão 26. Na sua casa existe preparação de receitas tradicionais quilombolas para o consumo dos membros que residem na casa?

- () Sim () Não

Em caso positivo, liste em ordem decrescente quais são as principais receitas usadas.

() _____

() _____

() _____

() _____

() _____
 () _____
 () _____

Neste caso, qual é a frequência de consumo dessas receitas pelos membros da casa?

Nota	Frequência do consumo de receitas tradicionais quilombolas	Adultos	Crianças
1	Sempre, varias vezes por dia		
2	Muito, uma vez por dia, todos os dias		
3	Bastante, uma vez a cada 2 dias		
4	Bastante, uma vez a cada 3 dias		
5	Moderadamente, uma vez a cada 4 dias		
6	Moderadamente, uma vez a cada 5 dias		
7	Pouco, uma vez por semana		
8	Pouco, uma vez por mês		
9	Muito raramente, menos que uma vez por mês		
10	Nunca é consumido		

Bloco 3 – SOBERANIA ALIMENTAR

Questão 27. Você ou algum membro do seu núcleo familiar planta e/ou cultiva algum alimento para o autoconsumo e/ou a venda?

() Sim () Não

Em caso positivo, indique, por ordem decrescente, quais são os principais alimentos cultivados.

() _____
 () _____
 () _____
 () _____
 () _____
 () _____
 () _____

Ainda em caso positivo, marque o principal destino da sua produção:

- () Eu e a minha família consumimos tudo (100%) do que é produzido
 () Consumimos uma parte do que é produzido, e o resto é dividido com a

comunidade

- () Consumimos uma parte do que é produzido, e o resto é vendido dentro da comunidade
- () Consumimos uma parte do que produzo, e o resto é vendido fora da comunidade
- () Tudo o que produzo é vendido fora da comunidade; eu e minha família não consumimos nada
- () Outro destino de consumo, indicar: _____

Em caso negativo, explique o principal motivo pelo qual você ou nenhum membro que resida em sua casa faça este tipo de cultivo:

- () Minha família não sabe plantar e/ou cultivar
- () Minha família não tem interesse nesse tipo de prática
- () Minha família não tem tempo para se dedicar a isso
- () Os membros de minha casa não precisam plantar nem cultivar porque temos renda suficiente para adquirir os alimentos em outros locais
- () Não existe estímulo nem recursos na comunidade para isso
- () Dificuldade em vender os produtos e/ou em achar compradores
- () Dificuldade de vender os produtos a um preço justo
- () Não dispomos de área/local para plantar
- () Clima e/ou solo não propícios
- () Falta de água em quantidade e qualidade para a produção de alimentos.
- () Outro _____

Caso você ou sua família cultive algum tipo de alimento, responda as perguntas 28 a 31. Caso contrário, pule e vá para a pergunta 32.

Questão 28. Caso na sua casa haja produção/cultivo de algum alimento, para que tipo de mercado é escoada a produção? Marcar apenas duas opções.

- () Vendidos direto na comunidade, em locais específicos dentro da comunidade
- () Vendidos na porta da minha casa
- () Distribuídos para atravessadores venderem em outros pontos da cidade
- () Destinados para cooperativas e/ou associações quilombolas
- () Vendidos em feiras livres
- () Vendidos para a Central de Abastecimento do Estado (EMPASA)
- () Vendidos para mercadinhos locais

☐ Vendidos para supermercados no grande centro urbano

☐ Outro _____

Questão 29. Sobre a renda que é gerada com a venda desses alimentos cultivados pela sua família, assinale a melhor opção:

☐ o valor conseguido nas vendas é suficiente para os gastos da família

☐ o valor conseguido nas vendas é parcialmente suficiente

☐ o valor conseguido nas vendas não é suficiente e fica abaixo de nossas expectativas.

Questão 30. Você e sua família pretendem continuar com a atividade de cultivo/produção de alimentos?

☐ sim ☐ não

Em caso negativo, por que vocês pretendem não continuar na atividade?

Questão 31. Existe ensinamento e transmissão de conhecimentos de práticas agrícolas para os membros mais jovens da casa?

☐ sim ☐ não

Em caso negativo, por que esses ensinamentos não são transmitidos?

Questão 32. Qual proporção aproximada da alimentação da sua casa é fornecida por alimentos cultivados na comunidade?

☐ 95 - 100%

☐ 75 – 95%

☐ 50 – 75%

☐ 25 – 50%

☐ 0 – 25%

Questão 33. Você e sua família teriam interesse em aumentar a quantidade de alimentos consumidos que são cultivados na própria comunidade?

☐ sim ☐ não

Em caso positivo, qual principal motivação para isso?

- ☐ ajudar a fortalecer a economia da comunidade
- ☐ criar oportunidade de renda para os vizinhos
- ☐ consumir alimentos locais e mais frescos
- ☐ adquirir alimentos mais baratos

Questão 34. Você ou sua família teriam interesse em produzir ou cultivar algum tipo de alimento?

☐ sim ☐ não

Em caso positivo, que categoria de alimento teriam mais interesse em produzir?

- | | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|
| ☐ frutas | ☐ ovos |
| ☐ verduras | ☐ leite |
| ☐ legumes | ☐ carne |
| ☐ tubérculos | ☐ Outro _____ |

Bloco 4 – SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR

Questão 35. Você acredita que a comunidade dispõe de água suficiente para produzir alimentos?

☐ sim ☐ não

Questão 36. Qual é a origem da água que é utilizada na sua casa?

- ☐ sistema público de abastecimento
- ☐ poço artesanal
- ☐ córregos, riachos e rios
- ☐ poço artesiano
- ☐ outro _____

Questão 37. De onde vem a água que é utilizada para beber na sua casa?

- ☐ sistema público de abastecimento
- ☐ poço artesanal
- ☐ água filtrada em filtro de barro
- ☐ água mineral de galão
- ☐ direto das minas/nascentes da região
- ☐ outro _____

Questão 38. De onde vem a água que é utilizada para cozinhar na sua casa?

- ☐ sistema público de abastecimento
- ☐ poço artesanal
- ☐ água filtrada em filtro de barro
- ☐ água mineral de galão
- ☐ direto das minas/nascentes da região
- ☐ outro _____

Questão 39. Qual é a destinação dos efluentes líquidos que saem da sua casa?

- ☐ despejados diretamente nos rios da região
- ☐ tratamento público
- ☐ irrigação da agricultura da comunidade
- ☐ outro _____

A questão nº 40 e todas suas derivadas devem ser direcionadas apenas aos entrevistados que cultivam alimentos na comunidade:

Questão 40. Você utiliza algum tipo de aditivo químico nas suas lavouras?

- ☐ sim ☐ não

Em caso positivo, qual tipo de aditivo que você mais usa?

- ☐ inseticida
- ☐ larvicida
- ☐ praguicida
- ☐ fungicida
- ☐ formicida
- ☐ fertilizantes químicos
- ☐ outros _____

Você já recebeu alguma orientação técnica para utilizar esses produtos químicos?

☐ sim ☐ não

Existe algum tipo de fiscalização na comunidade sobre o uso desses produtos?

☐ sim ☐ não

Para aquisição destes produtos químicos é exigido receituário agrônomo no momento da venda?

☐ sim ☐ não

**Bloco 5 – CONDIÇÕES SOCIO-ECONÔMICO-CULTURAIS
VOLTADAS À ALIMENTAÇÃO**

Questão 41. Você mora na comunidade quilombola desde seu nascimento?

☐ Sim ☐ Não

Questão 42. Em caso negativo à questão 41, qual principal aspecto que o motivou a vir morar aqui?

☐ Aspectos familiares (casamento, união estável, herança de terra de família, etc)

☐ Aspectos financeiros (perda de emprego, falta de renda na cidade, etc)

☐ Aspectos sociais (movimento negro mais atuante, se sentir respeitado, se sentir incluído na sociedade, possuir identidade racial, etc)

☐ Outros: _____

Questão 43. Em caso negativo à questão 41, desde o tempo que chegou nesta comunidade, há quanto tempo reside nela?

☐ no máximo há 1 ano

☐ entre 2 e 5 anos

☐ entre 6 e 10 anos

☐ entre 11 e 19 anos

☐ há 20 anos ou mais

Questão 44. Já morou em outras comunidades quilombolas?

☐ sim ☐ não

Questão 45. Conhece a realidade de outras comunidades quilombolas na Paraíba?

☐ sim ☐ não

Questão 46. Qual seu nível de conhecimento de outras comunidades quilombolas da Paraíba?

- ☐ não conheço nenhuma comunidade
- ☐ não sabia que existiam outras comunidades quilombolas na Paraíba
- ☐ já ouvi falar que existe, mas nunca me interessei
- ☐ já ouvi falar eu existe, mas nunca tive oportunidade de conhecer
- ☐ conheço por nome
- ☐ conheço e já visitei
- ☐ conheço e sei dos projetos por eles desenvolvidos
- ☐ conheço, sei dos projetos por eles desenvolvidos e já visitei
- ☐ conheço, sei dos projetos por eles desenvolvidos, já visitei, conheço e mantenho contato com pessoas de outras comunidades

Questão 47. Participa de algum movimento, associação, cooperativa ou coletivo de pessoas relacionados ao movimento social negro?

☐ sim ☐ não

Em caso positivo, qual é? _____

Questão 48. A sua comunidade se reúne de alguma forma para discutir questões relacionadas à realidade e/ou necessidades do quilombo?

☐ sim ☐ não

Em caso positivo, qual assunto mais discutido entre vocês?

- ☐ Questões raciais
- ☐ Questões sociais
- ☐ Questões econômicas da comunidade
- ☐ Questões ambientais
- ☐ Questões de alimentação
- ☐ Questões culturais
- ☐ Outros: _____

Questão 49. Na sua comunidade existem festejos tradicionais de povos quilombolas?

☐ sim ☐ não

Em caso positivo, que tipo e qual o nome da manifestação mais encontrada? (Inserir o nome da atividade em frente à opção assinalada)

☐ danças

☐ lutas

☐ esportes típicos

☐ brincadeiras infantis

☐ festejos religiosos

☐ arte afrodescendente (teatro, contação de histórias, etc)

☐ Outros _____

Questão 50. Nos eventos culturais e artísticos da sua comunidade existe a venda de alimentos tradicionais de povos quilombolas?

☐ sim ☐ não

Em caso positivo, esses alimentos são fabricados e vendidos por moradores da própria comunidade?

☐ sim ☐ não

Questão 51. Qual sua principal motivação para continuar a viver em terras quilombolas?

☐ valorizar minhas raízes

☐ dificuldade de arrumar emprego na zona urbana

☐ ambiente melhor para se viver, com melhor qualidade de vida

☐ presença de familiares e amigos ao meu redor

☐ vizinhança mais hospitaleira que nos centros urbanos

☐ possibilidade de poder plantar e colher meu próprio alimento e com isso não passar fome em épocas de dificuldade

☐ outro _____

Bloco 6 – CONDIÇÕES SANITÁRIAS

Questão 52. Existe presença/disponibilidade de água na comunidade?

☐ sim

☐ não

Questão 53. Qual origem da maior parte de água consumida na comunidade?

☐ poços artesanais

☐ poços artesiano

☐ rios/nascentes

☐ abastecimento público

☐ outro: _____

Questão 54. A comunidade conta com sistema público de abastecimento de água?

- ☐ sim
☐ não

Questão 55. Como é a presença de água na comunidade:

- ☐ regular (a água está presente durante todo o ano)
☐ irregular (a água só está limitada apenas à algumas épocas do ano)

Questão 56. Existe separação entre a água que é destinada ao consumo humano e a água que é destinada à agricultura e pecuária?

- ☐ sim
☐ não

Bloco 7 – POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS DE SAN

Questão 57. Em seu conhecimento, existe algum tipo de política que promova ou favoreça a segurança alimentar na sua comunidade?

- ☐ sim
☐ não

Em caso positivo, que política é essa?

Questão 58. Você percebe benefícios diretos da implantação das políticas públicas e/ou privadas em sua comunidade?

- ☐ sim
☐ não

Em caso positivo, qual benefícios você observa?

Bloco 8 – PREOCUPAÇÃO ECONÔMICA DA COMUNIDADE COM A SAN

Questão 59. Nos últimos 3 meses você teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que tivesse condição de comprar, receber ou produzir mais comida?

- ☐ sim
☐ não

Questão 60. Nos últimos 3 meses a comida acabou antes que você tivesse dinheiro para comprar mais?

- ☐ sim
☐ não

Questão 61. Nos últimos 3 meses, você ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

- ☐ sim
☐ não

Em caso positivo, assinale em ordem decrescente, os motivos pelos quais isso ocorreu:

- ☐ perda de emprego
☐ renda insuficiente todos os meses
☐ aparecimento de gastos extras (doença, viagem, etc)
☐ aumento do número de membros da família para se alimentar
☐ aumento com outros gastos, como remédios, contas, etc.

Questão 62. Nos últimos 3 meses, você ou algum adulto em sua casa diminuiu a quantidade de alimentos nas refeições ou pulou refeições porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?

- ☐ sim
☐ não

Em caso positivo, qual a frequência isso ocorria?

- ☐ todos os dias da semana
☐ no máximo 1 vez por semana
☐ entre 3 e 3 vezes na semana

Questão 63. Nos últimos 3 meses, você alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar mais comida?

- ☐ sim
☐ não

Questão 64. Nos últimos três meses todos os membros que residem na casa fizeram as principais refeições da casa?

- ☐ sim
☐ não

Em caso negativo, qual principal motivo para isso ter acontecido?

- ☐ prioridade de alimentação na casa é para as crianças
☐ prioridade de alimentação na casa é para os idosos
☐ prioridade de alimentação na casa é para os doentes
☐ outro motivo: _____

Período da Entrevista: ____/____ a ____/____/____

Nome da Comunidade Quilombola: _____

Entrevistadora: Roseann Hageraats

APÊNDICE B – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA PARAÍBA

Pesquisador: Flávia de Oliveira Paulino

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 61850716.8.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.826.672

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa da mestrandia ROSEANN M. HAGERAATS do Programa de PósGraduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPB, com orientação da Profª Dra Flávia de Oliveira Paulino. O desenho da pesquisa será composto por uma pesquisa a campo, com utilização de questionário semi-estruturado, a ser aplicado nas residências de três comunidades quilombolas do estado da Paraíba, localizadas em regiões geográficas distintas. Serão entrevistadas no mínimo 25 casas no quilombo Ipiranga, 70 casas no quilombo Caiana dos crioulos e 15 casas no quilombo Serra de Abreu, totalizando amostragem mínima de 110 residências investigadas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Caracterizar a situação de SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) em três comunidades quilombolas localizadas em zonas geográficas diferentes do Estado da Paraíba.

Objetivo Secundário:

a) Caracterizar os aspectos demográficos das três comunidades quilombolas pesquisadas;b) Caracterizar a alimentação das três comunidades (identificar os principais alimentos consumidos, a quantidade e a qualidade nutricional);c) Caracterizar a condição de soberania alimentar das três

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

Continuação do Parecer: 1.826.672

comunidades (identificar os alimentos produzidos para o próprio consumo da comunidade e os alimentos importados); d) Caracterizar a condição de sustentabilidade alimentar das três comunidades (identificar as técnicas agrícolas praticadas, se existe desperdício de alimentos na produção, distribuição, preparação e consumo); e) Caracterizar a condição sócio-econômico-cultural das três comunidades (identificar se existe valorização de alimentos regionais, da culinária tradicional quilombola, a presença de atividades de geração de renda local, se as mulheres da comunidade possuem independência econômica); f) Caracterizar a condição higiênica e sanitária da água utilizada pelas três comunidades quilombolas; g) Identificar a presença de políticas públicas econômicas, sociais e assistenciais, agrícolas e ambientais que tem atingido cada comunidade quilombola estudada.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: O projeto não apresenta riscos potenciais.

Benefícios:

O principal benefício para o entrevistado é que, ao participar desta pesquisa estará contribuindo para um melhor entendimento da condição de segurança alimentar e nutricional no estado da Paraíba, uma vez que esses dados são escassos e/ou inexistentes nas bases consultadas nas literatura científica e nas bases de dados e estudos divulgados do governo federal para este Estado da nação. Através das informações coletadas haverá contribuição direta para reforçar conceitos de SAN e fornecer subsídios para que novas políticas de implantação na área de segurança alimentar sejam implementadas, por iniciativa pública e/ou privada, para estes povos que vivem em condição de vulnerabilidade social. estado da Paraíba.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Em consonância com os objetivos, referencial teórico, metodologia e referências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta documentação necessária

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 1.826.672

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_820538.pdf	04/11/2016 20:26:15		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Questionario_versao_final_e_submetida.pdf	04/11/2016 20:25:37	Flávia de Oliveira Paulino	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Certidao_Colegiado_Prodema.pdf	04/11/2016 20:24:13	Flávia de Oliveira Paulino	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Comunidades_Quilombolas.pdf	04/11/2016 20:23:32	Flávia de Oliveira Paulino	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Versao_Final_Projeto_Rosa_Colegiado.pdf	04/11/2016 20:23:18	Flávia de Oliveira Paulino	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Carta_Anuencia_Participacao_Pesquisa_Rosa.pdf	04/11/2016 20:22:33	Flávia de Oliveira Paulino	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Carta_Anuencia_Participacao_Pesquisa_Flavia.pdf	04/11/2016 20:22:14	Flávia de Oliveira Paulino	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Carta_Anuencia_Participacao_Pesquisa_Albanisia.pdf	04/11/2016 20:21:56	Flávia de Oliveira Paulino	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Certidao_Departamento_Biotecnologia.pdf	04/11/2016 20:21:36	Flávia de Oliveira Paulino	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Anuencia_Quilombos.pdf	04/11/2016 20:20:01	Flávia de Oliveira Paulino	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_Anuencia_Laboratorio_Inovacao_Alimentos.pdf	04/11/2016 20:17:49	Flávia de Oliveira Paulino	Aceito
Cronograma	Orcamento_e_Cronograma_Execucao.pdf	04/11/2016 20:15:42	Flávia de Oliveira Paulino	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_assinada_projeto_Rosa.pdf	04/11/2016 20:12:03	Flávia de Oliveira Paulino	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 1.826.672

JOAO PESSOA, 20 de Novembro de 2016

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br